ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

29 DE JUNHO DE 2007

No dia 29 de Junho, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- **ACTAS** – Leitura, discussão e votação da acta da sessão Ordinária de 26 de Abril de 2007.
2- **PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.**
3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
4- **Período da Ordem do Dia:**
   - **4.1-** Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
   - **4.2-** Desafectação do Domínio Público para o Privado. Quiosque.
   - **4.3**- Desafectação do Domínio Público para o Privado. Alvará n.º 1/2006 –IMOTUA.
   - **4.4**- Alteração do Imposto Municipal sobre Imóveis –IMI.
   - **4.5**- Venda do terreno municipal sito no Bairro do Convento, designado por lote 11, à empresa TECSAM, S.A., para construção de uma unidade privada de saúde.
5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1º. SECRETÁRIO.....	Jorge Manuel Pereira
2º. SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 62 presenças, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, depois de cumprimentar os presentes, declarou aberta a sessão, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 63 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Maximino Monteiro, Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, Arnaldo da Assunção Cadavez, Francisco Paradela Monteiro, Arménio Moisés Veiga, David Martins Garrido, Rui Manuel Vale das Neves, Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso, Fernando Manuel Gomes Alves, Luís Herdeiro Mosqueiro, José Eduardo Gomes de Almeida e Paula Maria Pereira do N. Lopes Garcia.

O Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira, procedeu à leitura da justificação das faltas e correspondência recebida:

Justificação de faltas:

À Reunião de 26/04/2007
- Fernando José Palas (motivos de doença);

- Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto (motivos de doença);

À Reunião de 29/06/2007

- Rui Manuel Vale das Neves (motivos profissionais);
- Maximino Monteiro (motivos profissionais);
- David Garrido (motivos pessoais);
- Paula Maria Pereira do N. Lopes Garcia (motivos profissionais)

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Pedidos de renúncia e suspensão:

Arnaldo Cadavez, comunica a sua renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal de Mirandela.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar o pedido de renúncia do mandato, ao Membro da Assembleia Municipal, Arnaldo da Assunção Cadavez.

Maria Isabel Borges Pires, solicita a suspensão do mandato, pelo período de 365 dias, por motivos profissionais.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido de suspensão do mandato, pelo período de 365 dias, à Membro da Assembleia Municipal, Maria Isabel Borges Pires

Na próxima reunião, estes membros serão substituídos pelo elemento da mesma lista que se segue.

Correspondência recebida:

- Museu do Douro, programa das comemorações;
- Associação Nacional de Municípios:
  Circular n.º 56/2007;
  Campanha de comunicação "Juntos melhoramos a escola";
- António Augusto Santos (orçamento de transporte);
- Partido Ecologista "Os Verdes" :
  Convite, debate sobre a linha do Tua;
  Comunicação e convite, conferência com o vice-presidente do grupo do partido "Os Verdes", no Parlamento Europeu;
  Declaração política do deputado Álvaro Saraiva, defesa da ferrovia, linha do Douro, reabertura do troço, Pocinho Barca d'Alva);
- Grupo Parlamentar do PCP:
  Taxa de deposição em aterro, Interreg III, Espanha – Portugal;
  Concretização do Plano de Actividades e mobilidade para Trás-os-Montes e Alto Douro;
  Convenções do Ministério da Saúde com o Hospital Terra Quente, S.A;
  Requerimento formulado ao Governo sobre a Telemedicina no Distrito de Bragança;
- Assembleia Distrital (convocatória para a reunião ordinária);
- Grupo parlamentar do PSD (candidaturas a ajudas comunitárias de 2007);
- Presidente da Assembleia da República (convite para o lançamento da publicação do livro "O Poder Local e Regional na Assembleia Constituinte 1975-1976, autoria, José António Costa Ferreira, membro desta Assembleia);
- STAL (Caravana da indignação);
- Reginorde 2007 – Convite;
- Assembleia da República (deslocação de um grupo de jovens de Mirandela);
- Município de Bragança (auto-estrada Bragança-Amarante);
- Rotary Club do Porto – Oeste (deslocação a Mirandela);
- Paróquia de S. Bento - Convite
- Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros (QREN);
- Centro Hospitalar do Nordeste (acompanhamento da saúde pelo Grupo da Assembleia Municipal);

- Sport Clube de Mirandela – Convite;
- Feira de S. Pedro, Macedo de Cavaleiros – Convite.

1.º PONTO - ACTAS: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2007.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta de 26/04/2007.

2.º PONTO – PÚBLICO – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Vejo que há inscrições mas eu aproveitava para em nome da Mesa saudar aquele grupo de jovens da Escola Secundária de Mirandela e os seus docentes que no passado dia 01 de Junho, "o Dia da Criança", constituíram a comitiva e foram a Lisboa. De maneira que para eles um cumprimento muito afectivo e de muito apreço por tudo.

A Prof. Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa, teve a seguinte intervenção:

Bom dia a todos.

Estou aqui em nome da Escola Secundária, a qual represento neste momento, para que fique aqui o registo público, da iniciativa do Dr. Manuel Pavão, em ter proporcionado aos nossos alunos uma visita de estudo ao Parlamento.

Acho que ninguém melhor que os meninos que foram deputados na Assembleia da República, para dar umas palavrinhas.

Um aluno Aluno da Escola Secundária que integrava o Grupo da Escola Secundária que se deslocou à Assembleia da República, teve a seguinte intervenção:

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respectivos Membros, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Em nome dos meus Colegas, da minha Escola e dos nossos Pais, estamos aqui para agradecer à Câmara Municipal de Mirandela e principalmente ao Dr. Manuel Pavão pelo facto de nos ter proporcionado a visita de estudo à Assembleia da República nos passados dias 01 e 02 de Junho, onde tivemos oportunidade de manifestar as nossas opiniões de futuros cidadãos responsáveis acerca da interioridade, a qual resultou tão profícua quanto inesquecível para todos nós.

Esperando que esta iniciativa se repita mais vezes, aqui fica a demonstração simbólica do nosso mais sincero reconhecimento.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Sr. Presidente e Membros do Executivo, Srs. Vereadores, esta foi uma interrupção, acho que simpática e pedagógica, não muito dentro do regulamento, mas acho que a vida tem momentos destes.

Este gesto de sensibilidade que os alunos aqui entregaram e me ofereceram é naturalmente compartilhada com toda esta Assembleia e as fotografias que aqui estão poderão naturalmente ser vistas no final por todos, uma vez que eu não as conheço.

A propósito desta iniciativa, que foi uma iniciativa da autarquia de Mirandela, naturalmente eu saberei solicitar ao Sr. Presidente da Câmara condições para que no início do ano lectivo, uma vez que se aproximam as férias, possam ser apresentadas imagens documentais e naturalmente comentários e críticas à deslocação destas crianças e sobretudo, especialmente daquilo que poderá ter ficado marcado nos seus espíritos, uma vez que são jovens púberes e em adolescência.

Vamos então continuar, estamos no Período de Intervenção aberto ao Público, eu perguntava mais uma vez às pessoas presentes se há alguma intervenção. Não vejo nenhum sinal.

3º PONTO: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) teve a seguinte intervenção,

Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito bom dia.

As Urgências Médico-Cirúrgicas

Este mês fomos surpreendidos por um ataque ao funcionamento das urgências médico-cirúrgicas, feito por uns incompetentes, com origem em Vila Real, mas que se instalaram em Bragança, num conselho de administração de condomínios.

Sim, numa administração de condomínios, porque a única coisa que fazem é controlar as entradas e saídas, pois em questão de saúde o que se conhece é a destruição de serviços instalados.

Em Mirandela já destruíram a maternidade, enquanto em Bragança não conseguiram que a mesma aumentasse em qualidade e em eficácia.

Em Macedo de Cavaleiros destruíram os serviços de ortopedia e transformaram aquele hospital num Centro de Saúde com internamentos, mas que brevemente será transformado em hospital de acamados, mas ao hospital de Bragança vai acontecer o mesmo, porque além de incompetência destes senhores, têm contra si a localização num extremo do Distrito.

Daqui a uns anos será um Centro de Saúde com internamentos que servirá somente a zona norte do Distrito.

Porque será que o Centro Hospitalar instalado em Vila Real se chama Centro Hospitalar de Trás-os-Montes?

Devíamos pensar seriamente no significado desta designação.

Mas regressando ao tema principal, leva-me a pensar o seguinte:

- Existe um protocolo assinado entre a autarquia e a Direcção Regional de Saúde do Norte, para o funcionamento da Urgência Médico-Cirúrgica em Mirandela e a sua inclusão na rede nacional de urgências, homologado pelo Sr. Ministro da Saúde em nome do Estado.

- Existe um Decreto-Lei que regula o funcionamento das urgências e que diz claramente quais as especialidades que deve ter para funcionar.

E vem agora um senhor, que zelosamente quer poupar uns euros e colocar em risco o seu funcionamento.

Que Estado é este que não cumpre aquilo que assinou?

Será que estamos a caminhar para o grupo dos países do Terceiro Mundo?

Será que o Senhor Ministro da Saúde é conivente com estes senhores? Se o é, demonstra muita falta de carácter, se não é, deve demitir aquela gente como incompetentes.

Mas se estes senhores quiserem poupar alguns euros, então obrigavam os médicos que dão consultas privadas no Hospital de Bragança a pagarem uma renda por esses serviços.

Mas querendo fazer uma grande figura, proponham ao seu Governo que acabe com os subsídios de habitação ao Sr. Ministro das Finanças, da Agricultura e dos Assuntos Parlamentares,

Poderão contrapor que está na lei, mas também está na lei as condições em que devem funcionar as urgências.

O trabalho destes senhores é destruírem a saúde pública no Distrito de Bragança de modo que ela se transfira gradualmente para o Hospital de Vila Real.

Para terminar deixo aqui uma chamada de atenção ao grupo parlamentar do P.S. que neste assunto, assumiu sempre uma atitude correcta na defesa dos interesses do Hospital de Mirandela e consequentemente na defesa da saúde pública no nosso Distrito.

Estes senhores oriundos de outras zonas vieram para destruir a saúde pública no Distrito de Bragança.

Façam qualquer coisa nas vossas estruturas partidárias para que indiquem a estes senhores o caminho da rua, caso contrário poderão ser acusados de coniventes,

O grupo parlamentar do PSD repudia estas atitudes do conselho de administração e só não apresenta uma moção a pedir a sua demissão, porque a mesma já foi votada nesta A. Municipal e por outro lado o executivo aprovou uma deliberação em que solicitava com carácter de urgência una reunião com o Sr. Ministro da Saúde e outra com a Direcção Regional de Saúde do Norte.

No entanto estamos prontos a votar favoravelmente qualquer moção que surja neste sentido.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Leonel Xavier (CDS/PP):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Público em geral, Órgãos de Comunicação, muito bom dia.

É uma moção que venho aqui apresentar em nome do grupo municipal do CDS/PP, passo a ler:

CONTRA O ENCERRAMENTO DA VALÊNCIA DE CIRURGIA NO PERÍODO NOCTURNO DO SERVIÇO DE URGÊNCIA MÉDICO-CIRÚRGICA DA UNIDADE HOSPITALAR DE MIRANDELA.

1. Considerando que as recentes posições da **Administração do Centro Hospitalar do Nordeste (CHNE) que decidiu, para efeitos práticos, o encerramento da valência de cirurgia das 00h às 8h** do serviço de urgência médico-cirúrgica (SUMC) da Unidade Hospitalar de Mirandela, com início no passado dia 18 de Junho.

2. **O Grupo Municipal do CDS/PP condena tal decisão do Centro Hospitalar, que desrespeita o protocolo de cooperação celebrado entre o Ministério da Saúde e este Município** e que relativamente ao qual, a Comissão de Acompanhamento para a Saúde, formalizada com a participação de todos os partidos políticos com assento nos Órgãos Autárquicos, teve uma posição importantíssima de participação aquando da manutenção das Urgências Médico-cirúrgicas em Mirandela.

3. Considerando ainda, a participação empenhada do Sr, Governador Civil, que teve uma contribuição de mediação aquando do processo de requalificação da Rede de Urgência e Emergência neste distrito e que resultou na celebração do protocolo acima referido.

4. O Grupo Municipal do CDS/PP entende, que **esta medida é contrária ao desenvolvimento e bem-estar que se pretende para a região do interior transmontano,** contrariando o disposto na cláusula 1.º do referido protocolo de cooperação, que pressupõe que:

"...A Unidade Hospitalar de Mirandela manterá o estatuto de urgência médico-cirúrgica, atendendo às excepcionais dificuldades nas acessibilidades da Região..."

5. **O encerramento do Serviço de Urgências Médico-Cirúrgicas de Mirandela, coloca em risco a saúde e bem-estar da população do Sul do Distrito,** que venham a necessitar dos serviços de urgência da Unidade Hospitalar de Mirandela durante o período nocturno, **ficando reféns de uma decisão que impõe a transferência de pacientes para a Unidade Hospitalar de Bragança** para receber a respectiva assistência médica.

6. Não obstante da urgente necessidade de contenção de despesas que o Estado tem de efectuar nos seus organismos, é nosso entendimento que a decisão da administração do Centro Hospitalar do Nordeste, não pode nem deve ter enquadramento no âmbito da racionalização de custos, sob pena de se comprometer ainda mais a qualidade dos serviços de saúde a providenciar às populações deste distrito. **É um critério economicista que terá um elevado custo social para a região.**

7. **Pretendemos que todos os cidadãos do Distrito de Bragança tenham acesso a excelentes serviços de saúde sem condicionalismos económicos impostos** pelo Governo ou por órgãos administrativos de nomeação política.

8. É com esta preocupação em mente, que **o Grupo Municipal do CDS/PP vem propor à votação desta Assembleia Municipal:**

8.1 - um voto de censura, contra a recente decisão tomada pela Administração do CHNE que compromete os direitos dos cidadãos relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, bem como o protocolo de cooperação assumido pela Tutela e este Município.

8.2 – Renovar a legitimidade anteriormente conferida à Comissão de Acompanhamento para a Saúde por este órgão autárquico, para que esta, **encete as diligências necessárias junto do Sr. Governador Civil, com o propósito de reunir com a administração do Centro Hospitalar do Nordeste,** para resolução satisfatória da garantia do acesso aos serviços de saúde protocolados.

E aproveito, para não voltar cá, para pôr aqui uns pontos que considero de alguma importância e por conseguinte, porque têm alguma importância é a razão porque os trago aqui.

O lugar da zona nova da Ribeira de Carvalhais é de facto um lugar aprazível, está bem enquadrado e de facto é uma mais valia para Mirandela. Todavia "isto Roma e Pavia não se fizeram num dia", percorrendo aquela zona de lazer e descanso, verifiquei que há uma parte junto à Ribeira que não possui qualquer vedação.

Para nós, adultos, talvez não seja necessária, mas como se vai tratar de um lugar para crianças também e principalmente até para elas, julgo que seria conveniente que o Executivo tomasse a peito mais este trabalho e que fizessem uma vedação, porque brincando com bola, a bola vai para qualquer lado e as crianças vão atrás dela e podem cair na ribeira.

Outro ponto que também se me afigura de importância e isto porque faço o percurso diariamente é no nó do IP4, no Oeste. Desde que foi aberto ao trânsito a estrada que liga Mirandela – Valpaços, em boa hora, verifica-se que o trânsito aumentou consideravelmente e por isso, antes nós olhávamos para o lado direito e víamos que dos Eivados não vinha ninguém ou vinha lá um de vez em quando. Hoje não, hoje é com frequência que ali há muito trânsito e por isso, eu sei que não é uma obra que diga respeito à autarquia, mas todavia, poderia o Executivo interferir junto das Estradas de Portugal no sentido de arranjarem ali uns semáforos ou qualquer outra coisa no género, no sentido de haver ali uma travagem, caso contrário poderá haver problemas graves num futuro próximo,

Outro assunto que também (não digo bem preocupação), mas pelo menos gostava de saber porque razão é que isso não acontece (já aconteceu neste Município).

Em 1990, quando o Dr. José Gama presidiu aos destinos deste Concelho, criou-se a partir dos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro o conhecido horário de Verão para os cantoneiros da limpeza, isto porque trabalhar na rua a partir das 13h ou 14h, não é fácil e torna os trabalhadores nesta condição, muito preguiçosos, é só vê-los, quem anda na rua, verificar que estão encostados a partir dessa hora. Portanto o horário de Verão, eu bem sei que este ano de facto o Verão tem-se atrasado, mas pelo menos a partir de agora, acho que era aconselhável, para bem de todos, que esse horário fosse restabelecido.

Outro ponto também importante é na Rua de Manuelzinho Praia. A Rua de Manuelzinho Praia é aquela rua que vai para o Variante de Golfeiras, saímos da Ponte Machado Vaz, há as bombas de gasolina, viramos à direita e depois, agora que se abriu ao trânsito aquele trajecto que vem do Parque Dr. José Gama, ali já bateram e era conveniente que ali também se regularizasse essa parte do trânsito.

E parece-me que de momento o que tenho para a Ordem do Dia é isso.

Deputado municipal Rui Magalhães (PSD):

Bom dia a todos.

Com a permissão das jovens deputadas da Nação que hoje nos vieram visitar, eu vou fazer esta intervenção desejando desde já um bom dia a todos e que esta sessão decorra com civismo e com normalidade.

Esta moção intitula-se **"O Poder Local incomoda?"**

Segundo alguns autores, a prática da democracia ao nível das autarquias locais, apresenta ainda evidentes debilidades que o direito tem procurado aperfeiçoar através de significativas mudanças constitucionais e legislativas. A democracia local está muito presente, como não podia deixar de estar, na Constituição da República Portuguesa e na Carta Europeia de Autonomia Local. Segundo Cândido de Oliveira, a democracia local traduz o direito dos cidadãos eleitores das comunidades locais de deliberar directamente ou através de órgãos por ele eleitos e por eles responsáveis sobre assuntos relativos às respectivas comunidades de acordo com o princípio da subsidiariedade.

Os representantes, uma vez eleitos, não só actuam em nome dos representados, como têm o dever de estar atentos às suas opiniões e a prestar contas perante eles. Daí a importância da informação e do debate como pressupostos da decisão.

Sempre se assistiu a uma confrontação entre a Administração Central, Governo e as Autarquias Locais representadas pela ANAFRE e pela ANMP, em que o Governo (Administração Central), se tem regido pelo sistema da desconfiança sistemática relativamente ao Poder Local.

Nos últimos anos este tem sido utilizado como bode expiatório de todos os males do país e em particular do défice público, sendo frequentemente olhados os autarcas como oportunistas, despesistas, corruptos e malfeitores.

O mais recente ataque foi a intenção já manifestada de suspensão de mandatos dos autarcas acusados em processos crimes, em que o legislador se quer substituir aos tribunais.

Não faltam outros exemplos como a lei das finanças locais que foi vista, e bem, como um ataque à autonomia do poder local e que tem conduzido a uma gritante redução de investimento e a um maior recurso a receitas extraordinárias.

Não pretendo dizer com isto que os autarcas têm sempre razão ou que o Estado nunca tem razão. Basta referir os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios em que três anos e meio depois do prazo estipulado por lei, apenas 68 autarquias os tinham aprovado, entre as quais o Município de Mirandela.

Embora não se possa esconder que há maus exemplos de gestão autárquica, casos de corrupção, de favorecimento pessoal, de falsificação de documentos, de peculato, de cumprimento legal ou regulamentar ou de atropelo aos mais elementares princípios democráticos, também é justo reconhecer que esses casos são uma minoria e que a maioria dos autarcas locais faz uma gestão séria, honesta, rigorosa e transparente.

Esta desconfiança em relação ao poder local não tem impedido o Estado Central de transferir competências para os municípios e ainda recentemente no Congresso da ANMP foi discutido um mega pacote descentralizador nas áreas da saúde, da educação, do ordenamento do território, do ambiente e de acção social. Mas aqui também é preciso dar tempo ao tempo para que o tempo se encarregue de fazer cada coisa a seu tempo.

Outro assunto polémico pode ocupar a agenda nos próximos anos que tem a ver com a reestruturação ou com a reorganização administrativa. É uma questão difícil que tem a ver com eventuais fusões ou extinções de freguesias. No entanto é uma questão que tem que ser pensada, na medida em que na minha opinião o sistema apresenta evidentes debilidades.

Essa questão virá à baila mais tarde ou mais cedo mas os autarcas locais saberão defender as suas pretensões, porque o que os move é a defesa dos interesses das populações a quem servem.

Jamais aceitaremos soluções ou decisões que minem a autonomia das autarquias locais ou que menorizem o seu relevante papel social, económico e cultural. Viva o Poder Local.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Munícipes, Caros Jovens aqui presentes, bom dia a todos.

Hoje estava preparado para fazer a minha intervenção sobre emprego e políticas de captação de investimento e estava longe de imaginar que vinha à colação a questão da saúde. E digo-vos estava longe de imaginar que vinha à colação a questão da saúde, porque no trabalho e muito bem feito (e daqui endereço também os meus parabéns) à Rádio local, à Rádio Terra Quente, eu fiquei convencido que aquilo que se passava no Hospital de Mirandela é uma questão meramente laboral, ou seja, para aqueles que estarão menos informados e depois como é meu hábito estudar e trabalhar os dossiers, procurei estudar a questão, trabalhar a questão e as informações que colhi, foram todas no sentido de que é uma questão meramente laboral ou seja: deixem-me que ocupe algum do vosso tempo para situar as questões no ponto certo e o ponto certo é que face ao número de intervenções que se faziam em período nocturno, propôs a Administração aos cirurgiões, ficarem em vez de presença física, "à chamada", isto em termos de linguagem de gestão hospitalar e enquanto os cirurgiões de Bragança aceitaram esta situação, os de Mirandela não aceitaram esta situação. Foi aquilo que eu percebi desse programa da Rádio Terra Quente e foi depois todos os esclarecimentos que me foram dados neste sentido. E isto não é na minha opinião nenhuma questão economicista mas uma questão de bom senso e de gestão e fico até muito preocupado com as finanças da nossa Autarquia, porque se as decisões que têm a ver com questões deste tipo são tomadas desta forma demagógica, então estamos muito mal e daí que em relação à moção apresentada pelo grupo do CDS/PP (nós iremos votar contra), porque no nosso entendimento é uma mera questão laboral e devo dizer também como gestor que é essa a minha profissão, não entendo porque é que os cirurgiões têm que ser privilegiados e estar a ser remunerados em presença física, tudo leva, (qualquer bom senso de gestão), levará a concluir que a situação melhore, é à chamada e portanto nós manteremos toda a nossa atenção e a nossa desconfiança e quero que isto fique claro, em relação ao Conselho de Administração do CHNE, mas não podemos em nome da seriedade, em nome do bom senso do gasto dos dinheiros públicos, tomar outra posição neste caso concreto, em relação à questão aqui trazida. Não podemos confundir o que é uma questão laboral com uma questão política e não podemos (perdoem-me a expressão) oportunistamente, demagogicamente, cavalgar numa questão meramente laboral.

Podem ficar certos que sempre que houver algum desvio em relação ao protocolo, podem contar com o nosso voto favorável. Estamos aqui, ombro com ombro, braço com braço, mão com mão, mas não estamos disponíveis para confundir interesses de classe com interesses colectivos, isso aí não estamos, seremos muito rigorosos e portanto lamentamos mas não poderemos de maneira nenhuma votar favoravelmente a moção e não poderemos estar de acordo com a questão aqui trazida.

A questão que me trazia e a questão de fundo era a questão de emprego e a captação de investimentos para Mirandela. E trago-a porque fiquei muito preocupado na última Assembleia Municipal, quando o Sr. Presidente da Câmara, disse uma coisa deste tipo "Mirandela já não está na posição de Murça, Vimioso, Vinhais, já não é qualquer investimento e nós hoje só pensamos em grandes investimentos e temos até conversações aprazadas com o comendador Rui Nabeiro, para um investimento da Delta de grande dimensão. Eu fiquei preocupadíssimo, porque em nome disto, em nome dos grandes investimentos a economia portuguesa tem sofrido muito. É pacífico e toda a gente sabe que o emprego em Portugal é garantido pelas pequenas e médias empresas e é o tecido das médias empresas que é preciso reforçar. São essas que são responsáveis pelo emprego e são essas quando se pensa em despedir um trabalhador, se calhar, põe como dizem os brasileiros a carne toda no assador antes de pensar em despedi-lo.

Enquanto que uma multinacional qualquer, num escritório qualquer, em Paris, Nova Iorque ou Londres, faz as suas contas e diz: despedem-se 200/300 com a maior das facilidades, não dá a cara, vêm os seus advogados tratar das questões.

Portanto fico preocupadíssimo se Mirandela alinhar a sua política de captação de investimentos e o seu apoio, só aos grandes investimentos e quero claramente dizer aqui para que não fique qualquer tipo de dúvidas, em termos de declaração de interesses, sou parte interessada nesta questão, quero pô-lo já com toda a clareza. Sou parte interessada, como sabem invisto em Mirandela, tenho investido em Mirandela, crio em média três postos de trabalho ao ano, não é muito, mas já é alguma coisa e fico preocupadíssimo quando se diz, não queremos nada com pequenas e médias empresas, queremos com grandes empresas.

E já agora permitam-me que avive a memória do Sr. Presidente. Na definição nacional, uma pequena e média empresa tem até 500 trabalhadores e de facturação 11.971.149,00 €, só para termos a dimensão do que estamos a falar. Convém estudarmos, trabalharmos. O estudo, o trabalho sistemático, consistente, é isso que cria riqueza e não são passes de mágica. Uma pequena empresa, na definição europeia tem até 50

trabalhadores e facturação até 10 milhões de euros. Portanto meus amigos, vamos pensar em apoiar as pequenas e médias empresas.

E deixava-lhe aqui uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Se hoje houvesse uma intenção de investimento de uma pequena e média empresa, o que nos tem a dizer a todos nós sobre terrenos disponíveis para se instalar imediatamente em Mirandela e naturalmente na zona industrial? Tenho dito, muito obrigado.

Deputado Municipal Aníbal Saldanha (PSD):

Muito bom dia.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Exm.º s Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Ex.mo s Senhoras e Senhores Vereadores, Exm.º s Senhores Deputados, Exm.ªs Senhoras e Senhores.

Ao iniciar esta minha intervenção, é meu desejo ir ao encontro de uma reflexão entre todos, pela importância que se reveste o assunto no contexto actual.

Apesar de a regionalização ainda não estar a ser discutida, mesmo assim devemos começar a preparar objectivos e estratégias para a região, rumo ao seu desenvolvimento.

Como se sabe, ultimamente muito se tem falado na criação de regiões administrativas, inclusive o Governo tem-se referido a este assunto de forma a defender 5 regiões, ou seja: Região Norte, Região Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Constata-se assim que a nossa região seria absorvida ou incluída na Região Norte. No entanto, caso isso se verificasse, em meu entender, isso ia perder capacidade de intervenção, sendo por isso prejudicada nas suas políticas de desenvolvimento em relação à área restrita do Porto, já que o costume e as realidades culturais em nada são iguais.

E a pergunta impõe-se. Será que estas alterações iriam trazer a resolução dos nossos problemas? Seria esta a forma certa de desenvolvimento? Na minha opinião os seus problemas continuariam por resolver porque iríamos ser absorvidos pelas políticas centralizadoras do Porto.

Lamentavelmente o Governo vai incutindo o dissipar da região de forma encapotada, sem que a população se vá apercebendo da sua estratégia e onde conta ainda com a colaboração de grupos económicos que normalmente andam à sua volta com a realização de estudos e mais estudos, por ser esta a forma destes poderem sobreviver e a quem eu chamaria de vendedor de ilusões.

O que nós pretendemos é simples. Pretendemos e só a descentralização de poderes e reforço de verbas para as autarquias, para que o investimento e consequente seja desenvolvimento da região uma realidade.

É isto apenas que as suas populações precisam para poder exercer e decidir as políticas locais, porque são estas as donas do seu destino.

Na realidade a excessiva descentralidade de políticas exercida pelo Estado ao longo das anos tem gerado estes díspares regionais, fazendo com que existam grandes desequilíbrios entre as várias regiões, principalmente com as do interior.

Em 1998 tive a oportunidade de expressar a minha opinião, defendendo assim a regionalização e apoiando a criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, porque entendi e ainda entendo que a sua criação só poderá trazer benefícios a toda uma população gasta pela aplicação de más políticas de quem tem governado este país. As injustiças não podem continuar, não se pode estar continuamente aprisionados. A região precisa de ter uma voz para decidir o que é melhor para ela. As suas populações têm esse direito, não estou por isso de acordo com a Região Norte.

A regionalização deve ter por objectivo fazer inserir uma estratégia de desenvolvimento equilibrado entre as várias regiões em defesa de oportunidades duma coesão económica, cultural e social.

É necessário potenciar e dinamizar as virtualidades da nossa região, a distribuição de competências e fontes de financiamento para as autarquias são decisivas para dotar as Freguesias e Câmaras Municipais de uma política de investimentos, atenuando assim as disparidades regionais ou seja: aproximar dos eleitos locais os centros de decisão, estimulando a participação das populações, responsabilizando os agentes políticos, optimizando os recursos de forma a dar resposta aos anseios das populações na construção de uma vida melhor com mais e melhor justiça social.

O exemplo da Galiza é notório, cresce economicamente cada vez mais. Por termos laços culturais comuns, defendi por diversas vezes uma maior cooperação entre as duas regiões, para que as assimetrias regionais sejam mais fáceis de construir.

Entendo que a inclusão das cidades como a nossa no eixo atlântico, pode ajudar a atingir as metas desejadas.

Neste sentido, entendo ser urgente começar por debater as estratégias para a região.

A Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro tem essa obrigação. É a ela que compete desencadear mecanismos no sentido de debater essas estratégias.

Sou de opinião que Mirandela reúne condições ideais para a realização desses debates. Deixo aqui este desafio à nossa Câmara, no sentido de realizar as tentativas necessárias à sua concretização, porque os caminhos do futuro estão à nossa espera.

É desta forma que entendo e defendo a regionalização, sempre com o objectivo de ir ao encontro dos interesses da nossa população.

Permita-me, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Deputados enuncie algumas acções que considero também de grande alcance para o nosso Concelho.

A primeira é a construção em Mirandela de mais equipamentos de saúde a nível renal, demonstrando que a Câmara está muito empenhada em investir na saúde, aliás como vem sendo hábito prova que está atenta às preocupações das populações.

Gostaria por isso, dar parabéns à Câmara Municipal de Mirandela por ter conseguido mais esta conquista para o nosso Concelho. Diria até que está a ser moda investir em Mirandela. Ainda bem porque este Governo nunca se sabe que politicas poderá vir a aplicar no futuro.

Uma outra acção decisiva para as nossas aspirações futuras e a desenvolver noutra oportunidade é a possibilidade de criação de núcleos entre freguesias, que tendo defendido no passado 10, 11 núcleos, não defendo agora mais que 7, por influência da desertificação que está a destruir este nosso povo. Esta pode ser um a forma de minimizar este flagelo dos nossos dias.

Por considerar importante o registo deste acontecimento na nossa história municipal, gostaria de assinalar a acção a expor e que considero a todos os títulos louvável.

Foi nos dias 01 e 02 de Junho de 2007, que um grupo de alunos de Mirandela aqui presentes e que aproveito para cumprimentar, se deslocaram a Lisboa, acompanhados pelos respectivos professores, numa visita efectuada à Câmara Municipal de Oeiras e à Assembleia da República.

Em Oeiras, por entre a atmosfera doutros tempos, houve um encontro com a história do século XVIII, vindo a aprofundar o conhecimento de todos na troca de ideias que iam vagueando pelos jardins e palácio do Marquês de Pombal.

A receber o grupo esteve o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, nosso conterrâneo, de S. Salvador de Mirandela.

Estava ainda para acontecer aquele que seria concerteza o ponto alto desta visita, ou seja, os alunos poderem vir a discursar na Assembleia da República e assim foi. Perante a presença do Sr. Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, Dr. José Manuel Pavão, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Dr. José Silvano, Professores, Comunicação Social, diversas personalidades presentes e onde eu próprio tive o privilégio de estar, deu-se início à sessão solene.

Foi o nosso Presidente da Assembleia Dr. José Manuel Pavão que fez a apresentação dos alunos, fazendo uma breve exposição e a razão de estar ali, explicando o papel dos deputados no contexto do País.

De seguida fez a apresentação do Sr. Presidente do PSD, salientando também a presença do Sr. Presidente da Câmara de Mirandela.

Os discursos foram iniciados pelos alunos, ficando bem vincada a qualidade demonstrada por todos eles.

Os assuntos foram tão diversificados que cada um os ia expondo de forma a retratar os problemas e virtudes de Mirandela e seu Concelho.

Foram unânimes em salientar as potencialidades de Mirandela e as suas belezas, destacando o gosto de viver numa cidade tão bonita como é Mirandela.

Reconheceram ainda o trabalho realizado pelo Sr. Presidente da Câmara.

Falou de seguida o Sr. Presidente da Câmara de Mirandela, que deu as boas-vindas aos alunos e restantes presentes, que entre várias mensagens os incentivou a interessar-se por Mirandela, para bem do seu futuro.

Tomou depois a palavra o Dr. Marques Mendes, que fez rasgados elogios aos alunos e a Mirandela, referindo a sua beleza e a importância no contexto da região, dizendo que a conhecia muito bem, inclusive que era uma das poucas cidades que não estava a perder população.

Fez ainda referências elogiosas ao trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Silvano.

Referiu a qualidade das posições apresentadas pelos alunos, referindo inclusive que em nada ficavam a dever aos deputados. Terminou perguntando se havia alguém que aspirasse a ser deputado.

Ao desafio feito respondeu a aluna Andreia Filipa de Sá, que mostrou interesse em ser deputada, com o objectivo de poder vir ajudar a sua terra.

Estava a terminar esta excelente viagem a Lisboa, cuja jornada veio com toda a certeza trazer uma visão mais enriquecedora de todos os alunos que tiveram o privilégio de a fazer.

Nesta acção não podemos esquecer o trabalho desenvolvido pelos seus professores e sobretudo dizer que este sonho só se tornou possível pela acção e influência do nosso Presidente da Assembleia, Dr. José Manuel Pavão, sempre preocupado com a pedagogia da criança e desenvolvimento cultural do nosso

concelho e que encontrou eco junto do Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e no Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, para levar a cabo esta importante acção educativa.

Termino como comecei, é hora de olharmos por nós, pelo nosso Concelho, pela nossa Região, a nossa identidade está a ser posta em causa, por interesses que não os nossos. Este é o tempo de um tempo, que tarda em chegar, mas temos que lutar por ele para que chegue a tempo do nosso tempo perdurar. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Bom dia a todos, bom dia a todas também e um bom dia muito especial a este público especial que temos hoje aqui presente, alunos da minha antiga escola. Tenho muito prazer de tê-los aqui connosco nesta sessão de trabalhos.

Queria antes de mais congratular o Município pela iniciativa que levou estes jovens à Assembleia da República de iniciativa do género, inclusive do Parlamento Europeu, podemos depois equacionar essa possibilidade, seria bem-vinda.

Eu hoje começaria por uma nota algo triste, queria deixar aqui um voto de pesar pelo falecimento de um médico dedicado e ilustre desta terra, o Dr. Calejo, pai da vereadora Graça Calejo e portanto venho por isso solicitar ao Sr. Presidente e a todos os Membros desta Assembleia, se estiverem de acordo, o envio de um voto de pesar à Sr.ª Vereadora.

O que me traz aqui é a apresentação duma proposta do Grupo Municipal de Mirandela, do qual faço parte, na qualidade de Independente.

PROPOSTA
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS TERRENOS DA ZONA INDUSTRIAL DE MIRANDELA

1- Considerando a actual conjuntura económica nacional em crescimento lento, com dívida pública contida e atendendo ainda à fraca captação de investimentos para o Município, o Regulamento para a aquisição de terrenos da Zona Industrial **deve ser um documento dinâmico e flexível,** que acompanhe a evolução da conjuntura económica local e regional. Nomeadamente, **esse regimento não pode ser inibidor do desenvolvimento económico local, nem deve ser tido como algo que se possa "ignorar",** uma vez que o mesmo se encontra desactualizado.

2- Sabemos hoje, que **as economias modernas e competitivas necessitam cada vez mais de instituições que tenham instrumentos céleres e eficazes,** dado que hoje a dinâmica das sociedades actuais é tal que o velho lema *"tempo é dinheiro"* é normal e recorrente na boca de cada um dos agentes económicos. Na generalidade, nas instituições, existem instrumentos que permitem analisar e recorrer para instâncias superiores caso seja necessário de forma a poder alterar possíveis falhas e possam garantir as condições dos seus intervenientes.

3- Considerando as dificuldades económicas sentidas por algumas das candidaturas na execução dos seus investimentos dentro dos prazos estabelecidos pelo actual regulamento para a aquisição de terrenos na zona industrial de Mirandela, **o Grupo Municipal do CDS/PP apresenta à votação da Assembleia Municipal a seguinte proposta:**

3.1- A inclusão de uma "***Clausula de Audiência Prévia", permitindo aos candidatos visados contestar as decisões técnicas da Comissão de Análise antes que esta informe a Câmara Municipal.*** Pretende-se com esta proposta, que possíveis conflitos relacionados com a atribuição de terrenos sejam resolvidos sem passar pelas vias judiciais que além de morosas ficam dispendiosas;

3.2- Que os valores em "Escudos" sejam actualizados para "Euros";

3.3- **Que seja alterado o ponto 6,** indicando para o efeito, **que a Câmara Municipal de Mirandela, se fará representar na Comissão de Análise por um técnico do quadro dirigente da Autarquia,** garantindo desse modo, uma clara separação de funções entre quem é "avaliador de propostas/candidaturas" e quem é "decisor político". Pretende-se assim, que a Vereação do Executivo camarário exerça com imparcialidade e transparência, o seu papel de "decisor político", deliberando sem sobreposição de funções, sobre as informações e actas enviadas a este órgão político pela Comissão de Análise.

3.4- **Que os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal de Mirandela elaborem o texto jurídico necessário à implementação dos números anteriores,** bem como uma actualização

geral do regulamento, de enquadramento com a actual legislação em vigor e afecta a este regimento, **salvaguardando para os devidos efeitos, o princípio da economia processual consagrado no CPA.**

Deverá o respectivo projecto de alteração ser disponibilizado ao Executivo Camarário, ACIM e Instituto de Emprego de Mirandela para análise, sendo posteriormente remetido ao Executivo Camarário e Assembleia Municipal para aprovação. Muito obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais elementos da mesa, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Grupo de Jovens da Escola Secundária aqui presentes.

Fui eleito para aqui fazer eco das preocupações daqueles que me elegeram, daqueles com quem partilho as minhas inquietações, também daqueles com quem partilhei bons momentos da minha vida, além de que esta é também uma das formas de concretizar a minha intervenção enquanto cidadão empenhado, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Porque o direito ao trabalho é crucial na vida dos cidadãos, também pelo facto de quer eu, quer o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos termos pronunciado publicamente sobre o Matadouro Industrial do Cachão em documento distribuído em tempos de campanha eleitoral nesta localidade, é a pensar nos seus trabalhadores, cerca de 50, que aqui quero fazer eco das preocupações que alguns deles me têm feito sentir.

É que segundo os seus relatos, a actividade desta unidade industrial, tem vindo a degradar-se dia após dia. Ninguém sabe quem manda em quem, os trabalhadores não conhecem ninguém que tenha como missão dirigir e quando assim é, estão a criar as condições propícias ao salve-se quem puder, aliás um pouco na linha daquilo que aconteceu no ex-Complexo do Cachão.

Entretanto há sempre um ou outro trabalhador a aplaudir situações de verdadeira anarquia.

Conversando com um destes trabalhadores, sintetizou-me a situação na seguinte frase: "o matadouro está como a batela do João Russo, cada vez se afunda mais".

Um outro foi mais longe e disse-me; hoje estou aqui, daqui a um ano tenho algumas dúvidas que aqui esteja, ao que eu retorqui e então porquê? É que eventualmente poderei estar no desemprego e acrescentou: ainda esta semana perante mais uma inspecção da ASAE, não houve ninguém verdadeiramente responsável que recebesse e acompanhasse os inspectores.

Sr. Presidente da Câmara, face a tais relatos, só posso estar preocupado e solidário com os trabalhadores que vivem uma situação de verdadeira angústia.

Assim, penso que o Sr. Presidente da Câmara Municipal estará em condições de nos esclarecer sobre quais as medidas que estão a ser tomadas tendo em vista a estabilização laboral do Matadouro do Cachão.

Isto é, que mensagem de esperança e encorajamento poderemos transmitir às pessoas que ali diariamente ganham o sustento da sua família.

Em face desta situação não poderia deixar de enquadrar no contexto do desenvolvimento regional, até porque já noutras ocasiões aqui o referi.

Quando o Matadouro do Cachão entrou em funcionamento, dadas as suas características e capacidades de laboração, os diversos matadouros da região, nomeadamente do Distrito de Bragança, fecharam, tendo o seu pessoal sido absorvido por esta nova unidade industrial.

Entretanto, provavelmente à falta de um órgão político regional verdadeiramente responsável sobrepôs-se uma visão estritamente paroquial de alguns municípios e toca de abrirem pelo menos três novos matadouros. Conclusão: alguns deles têm vivido uma situação de autêntico pesadelo em termos da sua manutenção empresarial.

Quanto ao do Cachão, tal como referido, a situação é deveras preocupante, a menos que haja medidas correctivas com carácter de urgência.

Outro dos assuntos que pretendo referir tem a ver com a extraordinária jornada de trabalho levada a cabo no passado dia 22, há precisamente uma semana, aconteceu neste local, foi a apresentação pública do inventário do património cultural do Concelho de Mirandela, o qual do meu ponto de vista junto da opinião pública, até nem terá grande impacto político, daí também o meu redobrado entusiasmo neste trabalho.

Assim, lanço o repto ao Executivo, dado que os painéis fotográficos serão de fácil deslocação, por que não pensarmos numa exposição itinerante pelo Concelho? A minha opinião, além do mais, seria uma boa campanha de sensibilização para a necessidade de recuperação e conservação de tão rico e vasto património, o qual dada a circunstância, deveria iniciar-se em Frechas.

Destacar também o extraordinário trabalho de elevado valor e significado histórico-cultural, levado a cabo por aquela equipa pluridisciplinar de jovens técnicos. Para eles quero deixar o meu reconhecimento por tal realização em prol do Concelho de Mirandela, bem como à Câmara Municipal por tão feliz iniciativa, pois conforme afirma Alexandre Herculano "*extinguem-se as pátrias quando se perdem as memórias do passado*".

Tal iniciativa vai precisamente em sentido contrário a esta afirmação.

Entretanto neste trabalho há uma referência a Frechas, a qual tive que forçosamente reter, é que conforme apelo da técnica, é urgente tomar medidas.

Estou-me a referir ao portal situado nas imediações da Igreja e do Cemitério.

Falando neste portal tenho necessariamente que voltar a falar nos barracos encostados às escadas da Igreja. A este respeito são já diversas as solicitações da Junta de Freguesia, dirigidas ao Sr, Presidente da Câmara, sem que até à data haja qualquer evolução, contudo permitam-me que leia apenas um pequeno parágrafo de uma carta dirigida em Abril.

Esse parágrafo diz assim:

"Lembramos que nas imediações deste espaço, encontra-se a arcada em granito, a qual face às obras de urbanização a decorrer deverá ser considerada de primordial importância e embelezamento daquela área".

Entretanto, na reunião deste órgão do município do passado mês de Abril sobre este assunto, o Sr. Presidente respondeu e muito bem, "Em Frechas a Câmara Municipal adquiriu alguns edifícios completamente degradados para alargar e ampliar alguns espaços, nomeadamente nas imediações do Pelourinho. Contudo a Câmara não se pode permanentemente substituir aos particulares, também por questões financeiras".

É verdade, concordo plenamente, contudo devemos levar em conta os seguintes aspectos: no tal espaço jamais poderá ser construído qualquer tipo de construção.

Aquela lixeira não passa de um emaranhado dos mais variados materiais, sendo que em termos urbanos e paisagísticos é um autêntico atentado ambiental.

Em termos de áreas estaremos a falar em qualquer coisa como 80 m2.

Confrontado com esta realidade tentei estabelecer diálogo com o proprietário, não tendo obtido qualquer receptividade.

Perante tais factos estou convencido que um processo negocial estabelecido pela Câmara Municipal com o proprietário seria bem sucedido.

Contudo, em último recurso, perante um processo de expropriação judicial, o valor da indemnização se cifraria em escassas dezenas de Euros.

Daí sou levado a pensar que a questão financeira é neste caso, motivo pouco consistente.

De uma coisa não tenho dúvidas, se a Junta de Freguesia tivesse competência para tal, não seria com o receio do valor da indemnização que esta situação se manteria.

São conhecidos os fracos recursos da Junta de Freguesia, contudo caso a Câmara Municipal avance para um processo de expropriação judicial, a Junta de Freguesia compromete-se com o valor da indemnização, mas se não vislumbro razões objectivas suficientemente fortes para não se avançar com arrumação e limpeza deste espaço atribuindo-lhe a dignidade que reclama, muito menos vislumbro obstáculos de ordem política.

De uma coisa não tenho dúvidas, pactuar com esta situação, em minha opinião serão maiores os prejuízos que os benefícios. Disse.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara Srs. Vereadores, Srs. Presidentes da Junta, Srs. Deputados, Srs. Professores, Caros Estudantes, Minha Senhoras, Meus Senhores, Comunicação Social, bom dia a todos, apresento os melhores cumprimentos.

Venho hoje aqui falar sobre a brilhante iniciativa de levar os nossos jovens estudantes do Liceu de Mirandela à Assembleia da República, a serem deputados por um dia.

Eu não estou mandatado pelos pais destas crianças para as representar, mas é na qualidade de pai de uma jovem que aqui está, que também aqui estou.

Em primeiro lugar e duma forma muito particular, agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Dr. Manuel Pavão, tão louvável iniciativa de proporcionar a estas crianças no dia 01 de Junho (no seu dia), uma experiência que estou certo, jamais esquecerão.

Em segundo, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, por todo o apoio prestado, desde o transporte à sua disponibilidade, para deixar em Mirandela a meio Independente os festejos da festa da criança e pôr-se a caminho de Lisboa a tempo de participar no plenário.

Em terceiro, ao Conselho Executivo da Escola Secundária de Mirandela, por toda a colaboração aos Srs. Professores, pela orientação na elaboração dos discursos e o tempo despendido a acompanhar estas crianças.

Em quarto, ao nosso conterrâneo Sr. Dr. Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, todo o apoio, desde alojamento, alimentação, etc. E como não poderia deixar de ser, ao Sr. deputado

municipal, desta digníssima Assembleia, Sr. Vasco Aníbal Saldanha, todo o tempo disponibilizado no acompanhamento destes jovens e professores.

Por último e como não podia deixar de ser, a estes magníficos jovens, sim digo "magníficos", o que não quer dizer que os outros jovens não o sejam também, mas estes foram à Assembleia da República por mérito, foram premiados os que melhores notas tiraram e para eles e se o Sr. Presidente da Assembleia me permitir, eu peço uma grande salva de palmas.

Ao Sr. Presidente da Câmara já tive oportunidade para pessoalmente lhe dizer. Na última Assembleia, concordei também com as propostas do Sr. Deputado desta Assembleia, que pedia entre outras coisas, que fosse premiado o mérito na nossa população escolar.

A minha sugestão vai neste sentido, encontrar uma forma de distinguir o mérito na população escolar, que em meu entender poderia passar por um vale de compras de material escolar, nem que se tratasse dum valor simbólico.

O mérito é hoje tão relevado para o ego nacional e por isso acho que deve ser premiado. Bem hajam a todos, parabéns.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Eu era para não intervir nesta primeira parte, estou como o Eng.º Baltazar, era para não intervir, mas vou ter que intervir.

Em primeiro lugar para dizer ao Eng.º Baltazar que porventura eu não o percebi bem. É que aquilo que eu percebi foi que o Eng.º Baltazar, reduziu a decisão do Conselho de Administração do Centro Hospitalar a uma questão meramente laboral, o que é extraordinário, porque realmente se fosse uma questão meramente laboral e o Eng. Baltazar sabe isso melhor do que ninguém, porque como gestor e empresário, seguramente conhece a legislação laboral, não podiam ser retirados direitos aos trabalhadores, ou seja os cirurgiões que estão ao serviço, não podiam naturalmente ser mandados para casa.

Depois para dizer que não se trata de uma questão meramente laboral. Como Vª Ex.ª sabe e muito bem e eu até admito e compreendo o seu constrangimento em falar do assunto, porque V.Ex.ª várias vezes aqui nesta Assembleia, garantiu que a Urgência Médico-Cirúrgica no Hospital de Mirandela seria uma realidade e portanto verifico, constato e compreendo o seu constrangimento ao ver que este Conselho de Administração está a tentar tirar pela janela, o que o Sr. Ministro da Saúde fez entrar pela porta e portanto dizer, Eng.º Baltazar e ao Grupo Municipal do PS em particular, que esta questão não é laboral. Aquilo que foi assinado com a Câmara Municipal de Mirandela, (o Protocolo com a ARS Norte, homologado pelo Ministro da Saúde) foi um protocolo que serviu para requalificar o Serviço de Urgência do Hospital de Mirandela, no sentido de ser classificado como Urgência Médico-Cirúrgica. E se Vª Ex.ª Eng.º Baltazar atentar naquilo que é uma urgência médico-cirúrgica, constará que é uma urgência que tem que ter pelo menos 5 especialidades e o bloco operatório a funcionar 24 horas por dia. E não sou eu que o digo, foi um despacho do Ministro da Saúde que classificou assim o serviço de urgência médico-cirúrgica. Eng.º Baltazar, como gestor, explique como é possível manter um bloco operatório 24 horas por dia aberto, sem cirurgiões em presença física.

Vim também manifestar o sentido de voto em relação à proposta do CDS/PP relativamente à revisão do regulamento da zona industrial. Dizer que esta questão já passou pelo Executivo. Aquilo que o Dr. Luís Sousa pretendeu é também fazer entrar pela janela o que não conseguiu que entrasse pela porta, porque na verdade esta proposta foi apresentada na reunião do executivo, foi votada, foi apresentada pelo vereador Nuno Sousa e foi realmente reprovada ou pelo menos não aceite, com os votos contra do PSD.

Dizer também que não faz sentido que se reveja o Regulamento, pelo menos nos termos apontados. Aquilo que se pretende é rever o Regulamento, pondo no Regulamento aquilo que já existe na lei. Por um lado pretende-se que no Regulamento seja consagrada a audiência prévia. Meus senhores, a audiência prévia existe por força de uma disposição do Código de Procedimento Administrativo, que não permite que nenhuma autoridade administrativa dê uma decisão que possa afectar os direitos de terceiros, sem primeiro ouvir o interessado.

Portanto o Regulamento que efectivamente é para concretizar a lei, não deve naturalmente consagrar expressamente aquilo que já está na lei.

Depois também para dizer que a segunda questão abordada nessa revisão do regulamento proposto é a conversão dos valores inscritos como escudos, em euros. Isso também Sr. Deputado resulta da própria lei. Aquando da instalação do euro, foi imanado um decreto-lei em que se referiu expressamente que todos os valores inscritos em escudos, naturalmente passariam, a ser ou a ter-se como inscritos em euros.

Por último Sr. Deputado porque ficou aqui também subjacente uma proposta em relação à transparência, para lhe dizer que eu não sei se há ou não, falta de transparência. Agora há uma coisa que eu sei. Se o Sr. Deputado sabe aquilo que eu não sei, ou seja, que há casos obscuros e falta de transparência, há autoridades e entidades a quem deve participar tal facto. É um dever que o Sr. tem como político e como cidadão e para isso é que existem os tribunais e para essa antecipação que até pode ser criminal, não é necessário alterar qualquer regulamento. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:
Tem a palavra ainda o Deputado Paulo Pontes e eu alerto a Assembleia que com esta intervenção está gasta a primeira hora, após o que se houver intervenções, terá que ser votado, teremos que pedir à Assembleia se autoriza.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):
Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e respectivos Secretários, Sr. Presidente da Câmara e respectivos Vereadores, Exm.º s Srs. Deputados Municipais.

Parece que já vim tarde, nem sequer tinha intenção de intervir e esteve-se aqui tanto a falar de jovens que foram à Assembleia da República ser Deputados por um dia, que eu queria saudar, apesar de já não estarem presentes. O que eu gostaria muito e não sei se houve essa oportunidade nem se não, é de em Lisboa, que esses jovens tivessem feito sentir, quer ao Presidente do PSD, com quem estiveram, quer se calhar a outros deputados e membros do Governo se é que também estiveram com eles e uma vez que são estudantes e bons estudantes, pelos vistos, tivessem feito sentir às entidades competentes o deserto verde, que qualquer dia vem cá o Sr. Ministro da Educação dizer que não pode haver escolas neste Distrito, porque estamos perante um deserto. E estamos perante um deserto que ainda bem, que aqui em cima será um deserto verde. Estou a dizer isto porquê? Porque infelizmente e pelas notícias que me vão chegando e eu já fiz sentir isso à Sr.ª Vereadora do pelouro da Educação aqui na Câmara e já o fiz sentir através de ofício ao Sr. Coordenador da área educativa de Bragança.

Pelos vistos, os políticos, quanto mais hierarquizados são, quanto mais altos estão, para eles a palavra dada não tem qualquer valor. Principalmente os Presidentes de Junta sabem que faz por esta altura um ano que tivemos uma reunião ali no Auditório pequeno, com o Sr. Presidente da Câmara e a Sr.ª Vereadora, em que estivemos a definir, com maior ou menor controvérsia, com maior ou menor polémica a questão do encerramento das escolas, dos jardins e de toda essa questão e ficou mais ou menos acordado, toda a gente sabe, (não vou dizer nada que não seja público, pelo menos para os Presidentes de Junta) que as escolas que a partir daquela data ficariam abertas e se iriam manter abertas pelo menos durante dois anos. E dois anos porquê? Porque seria o período em que o Ministério da Educação se comprometia ou se comprometeu a construir o Polo de Carvalhais.

Lamento é que as pessoas confiem e neste momento também eu confiei e que afinal aquilo que era para ser feito em dois anos o ano passado, simplesmente esqueceu-se, simplesmente fecham-se as escolas, qualquer dia fecham-se os Centros de Dia e qualquer dia lá teremos quer ser obrigados a transportar os adultos que vão entrar na pré-reforma e os velhinhos para Mirandela ou para outro sítio qualquer, para que o deserto verde se expanda com toda a liberdade, para que um dia venham cá os Srs. de Lisboa, talvez à Caça, passar um bom dia aí hospedados numa escola que foi fechada, com todas as condições ou para outra actividade qualquer.

É este o país em que nós vivemos é esta a região em que passamos a viver e era só isto que eu queria dizer.

Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela:
Srs. Deputados, terminou a primeira hora, faz favor, ó Sr. Deputado interpele a Mesa.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):
Quero fazer a defesa da honra pela intervenção da Deputada Elina.

Presidente da Assembleia Municipal:
Então neste momento eu dou-lhe a palavra nessa circunstância.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):
Na sua intervenção falou no meu constrangimento e quero-lhe dizer que não há constrangimento nenhum, quando muito há mais uma observação que as pessoas de direita têm alguma dificuldade com as questões concretas e eu falei em questão laboral e assumo que é uma questão laboral, porque é uma questão de gestão de recursos humanos e já agora sou um pouco mais claro num segundo.

Em termos da gestão de recursos humanos, há possibilidade de os cirurgiões estarem à chamada e por isso têm uma remuneração extra ou estarem teoricamente em presença física e têm uma remuneração extra.

Por isso é que eu digo que é uma questão de gestão de recursos humanos e uma questão laboral e não há qualquer constrangimento.

Presidente da Assembleia Municipal:
Nós temos mais uma inscrição para além da hora, no entanto o Sr. Deputado fez-me sinal que é muito breve, se a Assembleia me autorizar, uma vez que não há mais inscrições, eu dava-lhe a palavra. Faça favor de respeitar o sinal de brevidade que me fez e ultrapassaríamos este ponto da Ordem do Dia. Tem a palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

É só em resposta à intervenção da Deputada Elina.

Queria-lhe dizer o seguinte: em primeiro lugar por uma questão de estilo, eu fui o interlocutor de uma proposta de um grupo parlamentar e portanto a sua resposta deveria ser dirigida ao grupo parlamentar e não ao interlocutor. Em segundo lugar, a questão da audiência prévia já está consagrada no CPA.

De facto a gente queria a audiência prévia para o parecer da comissão, portanto logo a seguir ao parecer da comissão. Eu aí já tenho dúvidas se isso será ou não consagrado, mas a Sr.ª Dr.ª, a Sr.ª Deputada como é de formação de direito, saberá melhor essa situação.

Quanto à questão do conflito de interesses, há um conflito de interesses funcional e não pode desmenti-lo, pela simples razão de que se tem um decisor político que está numa comissão de análise elabora um parecer dessa comissão de análise, só se fosse esquizofrénico é que votaria contra ela. Portanto há um conflito de interesses funcional.

4.º PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DO DECRETO LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.

Presidente da Câmara Municipal:

Bom dia a todos, segundo a nova alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, cabe-me neste ponto responder às questões levantadas, o que não posso fazer no Período de Antes da Ordem do Dia.

Começo este ponto por responder ao Professor Xavier, dizendo-lhe, desde já, que a urgência nocturna não está fechada, embora concorde que seja aprovada a moção que apresentou.

Os médicos, voluntariamente e por eles próprios, fizeram entre eles uma escala de serviço de prevenção de um deles, para que durante a noite pudesse estar um em presença física e outro em prevenção, sem receber nenhum vencimento do Centro Hospitalar por essa prevenção. A segurança da meia-noite às oito da manhã está perfeitamente garantida a todos os utentes no Hospital de Mirandela porque o que interessava ao Conselho de Administração, se ela estivesse encerrada (e eu depois vou explicar onde estão os racionamentos de custos para os bons gestores) os números iam para Bragança, aumentariam os episódios graves do Hospital de Bragança, diminuiriam fortemente os de Mirandela e podia ser tomada uma decisão a prazo para o encerramento da respectiva urgência, em termos do cirurgião. Para que a verdade se reponha, não existe neste momento encerrada a urgência médico-cirúrgica da meia-noite às oito da manhã, porque os médicos fizeram uma escala de prevenção que tem um segundo médico a acompanhar o de presença física, que foi obrigado a aceitar por determinação do Centro Hospitalar.

Em relação à vedação da Ribeira de Carvalhais, dizer-lhe que todo o processo teve técnicos capazes e de renome na sua origem, no seu desenho e na sua configuração e com experiência dada e eu pensei que estivesse tudo enquadrado nas circunstâncias arquitectónicas existentes. Vamos estudar a questão da segurança e ver se essa questão se põe ou não ou se há ou não necessidade de acrescentar ao projecto arquitectónico essa vedação.

Em relação ao horário de Verão, ele só começa a 01 de Julho, portanto a partir da próxima segunda-feira começará o horário de verão dos trabalhadores, embora isso seja um assunto de gestão interna da Câmara Municipal. A questão que se põe em Mirandela e que é muito difícil de definir, é que a cidade se estiver desde a uma da tarde sem nenhuma limpeza, acumula alguma situação de limpeza nalguns sítios, o que não é para nós também um sinal daquela cidade limpa que queremos ter diferente de todas as outras, por isso temos feito aqui alguns esforços nesse sentido.

Em relação às recomendações sobre o trânsito nas duas situações que pôs, a Câmara vai tomar conhecimento, vai ver o que pode fazer e evidente que a sua preocupação é a de regular essas situações.

Em relação ao Eng.º Baltazar, dizer duas coisas.

É verdade que a questão começou por ser uma questão laboral e vamos dizê-lo com toda a clareza. A Direcção do Centro Hospitalar resolveu aplicar em Mirandela o mesmo critério que tinha em Bragança, de dois médicos cirurgiões durante o período nocturno, devido ao número de casos graves que havia ser em prevenção e não ser em presença física e com o argumento de que em Bragança já se fazia isso e tinha 2,9 episódios graves por semana e em Mirandela não se fazia isso e tinha 2,4 casos graves por semana. Esta foi a primeira consequência da reunião do Centro Hospitalar de Bragança, com os médicos de Mirandela (os cinco) para fazerem aceitar esta solução. E então se era um problema laboral, então ele devia ser resolvido entre a Administração do Centro Hospitalar e os seus trabalhadores.

E os seus trabalhadores não são os médicos do Hospital de Mirandela, são os médicos cirurgiões de todo o Centro Hospitalar, primeira questão.

E se o Conselho de Administração não conseguiu resolver o problema laboral que tinha com o conjunto de médicos que tinha, não podia prejudicar com isso o funcionamento da urgência médico-cirúrgica de Mirandela as 24 horas e como gestores que são, ou resolvia, nem que contratasse um médico cirurgião do exterior ou demitia-se porque não tinha capacidade de gerir os seus efectivos. É assim que funciona um sistema normal. É assim que funcionaria em qualquer serviço público que tivesse direcção e liderança para resolver essa questão. E a questão estaria resolvida aí sim, ficaria reduzida ao campo laboral que nós não temos nada que discutir. Mais do que isso, eu, através desta ideia, e disse-o aos médicos, disse que tinha razão o Centro Hospitalar e aí até podia haver racionalização de custos, porque estando dois de prevenção, perfeitamente as situações urgentes eram tratadas da mesma forma que tivesse um em presença física. Só que a grande questão que se pôs a seguir é que o Centro Hospitalar, porque os cinco médicos de Mirandela fizeram finca-pé e disseram não, o Centro Hospitalar com a sábia gestão que tem tido faz a emenda pior do que o soneto e gasta mais dinheiro, porque faz o seguinte: se vocês não querem em Mirandela, então nós autorizamos um em presença física – já não era em prevenção – é um em presença física durante a noite em Mirandela e colocamos outro em presença física em Bragança, para que este da presença física em Mirandela, os episódios graves que houver, os mandem para Bragança, para serem tratados no Hospital de Bragança, que fica com um em presença física e outro em prevenção.

Imaginem que gestão é esta. Não conseguindo resolver o problema de Mirandela, paga a um médico em presença física em Bragança, isto é paga-lhe o dobro, como disse o Eng.º Baltazar e bem, em Bragança há um, para ter presença física, porque só havia prevenção e põe outro em Mirandela em presença física, que já estava, não poupando com isso zero e acumulando mais 50% de custos em Bragança.

Só para quê? Para que não podendo nem sabendo resolver o problema de Mirandela pudesse haver números que engrossassem os serviços, deste caso, de cirurgia em Bragança para que a médio prazo pudesse prejudicar a situação em Mirandela.

E foi aí que eu reuni com os médicos de Mirandela que me procuraram e lhes disse que estavam a fazer uma coisa completamente errada. Errada porque estavam a corresponder aos interesses do Centro Hospitalar ao não aceitarem a primeira decisão por um lado, mas que o problema aí era deles se aceitavam ou não e os problemas laborais tenham ou não tenham razão são entre a entidade patronal e os trabalhadores, que estava errado, mas que pelo menos que se quisessem levar essa luta à frente, não deixassem sair a urgência da meia noite às oito, para não engrossar os números do Hospital de Mirandela.

E depois de uma reunião tida com os médicos, foi aceite pelos médicos fazerem uma escala por eles próprios, sem receberem nada da prevenção, é preciso que se diga, mas que um deles está sempre de prevenção com o de presença física para que a urgência funcione da meia noite às oito da manhã e o Hospital de Mirandela tenha toda a urgência médico-cirúrgica a funcionar, embora desta forma provisória, irregular, que está a acontecer.

E o que eu me revoltei na altura foi porque o que passou foi uma questão que era exclusivamente laboral, (tem razão o Eng.º Baltazar) que passa a ser uma questão política por não ser resolvida em termos laborais. E passa a ser política porque ela não sendo resolvida em termos laborais e os médicos podiam vir de Bragança, de Vila Real donde o Centro Hospitalar quisesse, para estar de prevenção, já que os de Mirandela não queriam, os tais médicos afectos ali e não tomando essa decisão, ou não resolvendo laboralmente essa questão, a direcção do Centro Hospitalar, essa questão tornou-se numa questão política e numa questão política que viola e violou durante um dia o protocolo assinado pelo Sr. Ministro. E violou porque? Porque as questões laborais têm que ser resolvidas dentro do Conselho de Administração e dentro da Unidade Hospitalar e dento do Centro Hospitalar. Ninguém tem cá fora nada a ver com eles. Eles têm que ser resolvidos lá dentro e esse é um problema que eles têm como função para resolver, é a gestão corrente.

Agora o que não pode é uma questão laboral, depois ter consequências directas no funcionamento da urgência médico-cirúrgica de Mirandela, que ficou afectada e que se os médicos não voltassem atrás, ficava sem funcionar desde a meia noite às oito da manhã e isto era violar o protocolo estabelecido, porque dizia que tinha que haver urgência médico cirúrgica a funcionar durante 24 horas e esta é a questão real do que se passou no Hospital de Mirandela e se está a passar no Hospital de Mirandela.

Mas se querem mais exemplos para perceber que o Centro Hospitalar não tem só uma visão laboral do Hospital de Mirandela, eu vou-vos contar um facto aqui hoje, pondo até em causa um médico especialista que teve uma reunião comigo e teve uma reunião na ARS Norte, mas que ele de certeza ele não se importa, para defender o seu próprio Hospital, para perceberem que existe má intenção, que existe má vontade, eu até diria mais, que existe aversão ao Hospital de Mirandela por parte do Centro Hospitalar de Bragança, da sua Direcção, imaginem isto;

A Cardiologia não é uma especialidade de urgência médico-cirúrgica, mas é uma especialidade importante, de apoio à urgência médico-cirúrgica. Em Mirandela existem dois cardiologistas especialistas no nosso Hospital, que fazem todo o Centro Hospitalar. Que têm números capazes de mostrar à ARS Norte e ao

seu Ministro, que têm números capazes de demonstrar que estão ocupados, não a 100, mas a 200% no Centro Hospitalar.

Pois foram chamados à ARS Norte e acompanhados pelo Sr. Presidente (eu vou dizer isto com toda a clareza) do Centro Hospitalar do Nordeste um deles Director do Serviço de Cardiologia, onde lhes foi pedido que dessem 12 horas por semana ao Hospital de Vila Real, porque estava com a unidade coronária com problemas e que deixassem de dar as 12 horas que iriam dar a Vila Real, aqui no Hospital de Mirandela, em urgência de cardiologia. E quando esse médico ou esses médicos do Centro Hospitalar, pensavam que o Presidente do Conselho de Administração iria responder na sua frente à ARS Norte a dizer-lhe nem pense nisso, nós precisamos destes dois médicos no nosso Distrito no nosso Centro Hospitalar, sabem qual foi a resposta do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar para a ARS Norte e para o médico que estava ali? "Deve aceitar já isso, fazemos este protocolo, mantemos as duas a funcionar, até devemos publicitar isso, porque os hospitais tem que se complementar." Eu pergunto? Mas um Presidente de Administração dum Centro Hospitalar que aceita condições de que o seu Centro Hospitalar fique reduzido de uma das valências mais importantes durante 12 horas, merece estar à frente deste Centro Hospitalar? É esta a defesa do Centro Hospitalar?

E estas são as questões pequenas, são as questões que vão minando todos os dias a gestão do Centro Hospitalar em relação ao Hospital de Mirandela. E isto é que me preocupa. Preocupa-me porque não há ministro nenhum – como é que é possível que o Sr. Ministro para pacificar toda a saúde no Distrito, porque além do Protocolo com Mirandela assinou vários protocolos com Centros de Saúde, onde o médico à noite deixou de existir e isso foi compensado com as duas urgências médico-cirúrgicas e vem dar a cara num Distrito, para toda a gente, para toda a comunicação social, a dizer que as mantém e depois como é que permite que um Conselho de Administração com uma medida administrativa perfeitamente laboral, extravase o campo laboral e lhe ponha em causa o compromisso que assumiu com toda a população. E eu aí é que pergunto? Um Ministro destes, com estas circunstâncias, o que é que já devia ter feito a este Conselho de Administração e esta é a grande questão. Esta é que é a questão de fundo que se passa em relação ao Hospital de Mirandela e ao Centro Hospitalar.

Neste momento, como Presidente da Câmara só vos digo uma coisa.

O Governo através do Sr. Ministro e através da ARS Norte, fizeram tudo que estava ao seu alcance para que Mirandela conseguisse o funcionamento da urgência médico-cirúrgica, o que é pena é que continuamos a dizer que haja uma Direcção do Centro Hospitalar, que continue com pequenas medidas a dar cabo ou a pôr em causa ou a tentar pôr em causa – se todos não estivermos atentos – o funcionamento do nosso Hospital.

Esta é a questão que eu queria deixar, clara, objectiva e linear, perante toda a gente do Centro Hospitalar.

Em relação à segunda questão que foi posta aqui pelo Eng.º Baltazar, ou eu me expliquei mal e admito que me tenha explicado mal, quantas vezes erro, ou então a situação foi mal percebida.

O que eu disse na última Assembleia Municipal e eu repito-o hoje é que: Mirandela já não pode estar no mesmo patamar de recolha de empresas e vou explicar porquê. Quando me referi a pequenas empresas de Alfândega, Vimioso ou outra localidade qualquer, chegam e dão entrada na Câmara Municipal um conjunto de pedidos para instalação na zona industrial, de armazéns de mais de 10 e 15 m2, que só servem para armazém, não servem rigorosamente para mais nada, para lá deixarem os carros e fazerem aqui o seu entreposto comercial em determinadas situações, que eles próprios levam uma grande área do terreno que haja disponível e que tenho só dessa área 6 pedidos.

E o que eu quis dizer foi que: já que actualmente, e vocês sabem hoje aquilo que o Governo preparou e já comunicou no próximo Quadro Comunitário de Apoio, no "QREN, que todo o desenvolvimento do País vai ser feito em termos de Cidades Território, isto é, nós estamos habituados a falar em Concelhos, estamos habituados a falar em Distritos, vamos passar a ouvir falar das Nuts por um lado, mas também das Cidades Território.

Hoje o Polis 21 só apoia e apoia fundamentalmente a alavanca que tenha uma Cidade Território de alavanca desse desenvolvimento.

E através dele vêm as áreas de localizações industriais. E o que eu quis dizer, e vai ser política desta Câmara Municipal, a seguir a isto, é que esse conceito da Cidade, uma definição clara de qual é a cidade que lidera esse território, onde nessa cidade haja determinados investimentos que criem mais postos de trabalho, sejam de menor dimensão, porque a área é mais cara, porque o terreno é mais procurado e depois que haja à sua volta o território onde os terrenos possam ser dispensados a um cêntimo, a um escudo, como muitos outros fazem e onde esses tais investimentos que só querem área e que criam poucos postos de trabalho e não são multiplicadores de desenvolvimento, também se possam fixar, porque essa cidade território tem que ser alavanca para esses pequenos territórios.

E foi nessa perspectiva que eu aqui disse e repito, que Mirandela já não estava disponível para os terrenos a um cêntimo para os armazéns ou para outra situação de pequenas empresas, quando falei de "pequenas empresas", era de pequenos investimentos em postos de trabalho.

Quanto ao que disse o Eng.º Baltazar e para que não fiquem quaisquer dúvidas, as pequenas e médias empresas em Mirandela, desde que criem mais de 15 postos de trabalho, que é uma exigência do próprio regulamento e que o terreno da zona industrial, estando praticamente esgotado, logo que entrem na Câmara Municipal devidamente fundamentados, digo aqui hoje, terão terreno em Mirandela, mesmo que não seja na zona industrial, ao mesmo preço da zona industrial, desde que criem mais de 15 postos de trabalho.

Isto que fique claro, assumido, que é para que também não fiquem dúvidas e eu admito que me tivesse eu próprio explicado mal da outra vez, quando quis dizer o desenvolvimento de Mirandela nessa pequena perspectiva.

Em relação ao Deputado Luís Sousa, sobre o voto de pesar, dizer-lhe que a Câmara Municipal se associou e fez já um voto de pesar e acho que esta Assembleia também o deve fazer, não só por ser um médico conhecido de Mirandela, mas também por ser pai duma Vereadora desta Câmara Municipal, que para todos os efeitos é vereadora dum Executivo Municipal e quer aqui tem estado connosco nas Assembleias Municipais e que existe aqui uma proximidade, independentemente das ideias ou das políticas que qualquer um pode ter, portanto esse voto de pesar acho que é bem apresentado e deve ter o nosso apoio.

Em relação à alteração ao Regulamento dos terrenos da zona industrial, eu já pouco posso acrescentar ao que foi dito. Eu só quero dizer à bancada do PSD e aos outros membros da Assembleia Municipal o seguinte: isto é como nas situações em que os Governos não conseguem aprovar uma situação no próprio Conselho de Ministros ou as Assembleias de Freguesia na própria Junta de Freguesia e depois querem levar este assunto ao Órgão Deliberativo para ver se desautoriza o Órgão Executivo que tomou esta decisão. Isto em termos políticos é um acto que é normalmente feito, é um acto de chicana política, claramente, é um acto de chicana política, que ele já foi apresentado na Câmara Municipal, que teve uma resposta na Câmara Municipal e mais, a Assembleia só pode fazer a recomendação como proposta, não pode dizer à Câmara que deve fazer aqui, mesmo que aprove a proposta.

E portanto o que eu quero dizer é que a Assembleia só se pode pronunciar e votar, estar de acordo ou em desacordo com eficácia, se a Câmara resolver fazer um Regulamento o trouxer à Assembleia e a Assembleia vota contra ou vota a favor ou abstém-se. A Assembleia se quiser fazer propostas à Câmara pode-o fazer e esta é uma proposta, mas a única validade jurídica que tem é a Câmara poder seguir ou não a recomendação da Assembleia, não é rigorosamente mais nada.

E sobre isto eu queria dizer, principalmente à bancada do PSD que é: os argumentos que eu usei na Câmara Municipal, uso-os aqui hoje, independentemente dos jurídicos já utilizados pela Dr.ª Elina Fraga e que são estes: não se pode pensar – aliás isto é irrealista, aliás isto não é de bom senso, isto não tem responsabilidade – que haja uma alteração a um regulamento a uma zona industrial que está no seu final de "ocupação", que eu digo na minha intervenção que apenas faltam atribuir dois lotes, para que toda a zona industrial, no local onde está seja ocupada, que venha agora haver alteração ao regulamento para resolver uma questão de dois lotes que faltam alterar.

Então porque é que não se espera que haja um novo enquadramento, uma nova zona industrial e então toda esta Assembleia e toda a câmara Municipal e toda esta energia dos Srs. Vereadores do CDS/PP e da Assembleia Municipal, deve ser usada para que tenhamos um Regulamento capaz, objectivo, de futuro, inovador, para uma nova zona industrial. Aí estou perfeitamente de acordo. Agora existir uma alteração ao Regulamento, quando faltam atribuir dois lotes na zona industrial, não vejo qual é a responsabilidade desta proposta. Ou melhor eu sei qual é, porque ela vem decorrente se lerem as actas da Câmara duma desconfiança objectiva em relação a um Vereador do PSD, que está nessa Comissão de Análise, rigorosamente mais nada.

Mas as pessoas se querem pôr as questões frontalmente, então dizem, em relação a determinado vereador, nós não temos confiança, nós não achamos que é isento e dizemos porquê, quais os casos e não vamos através de alteração do Regulamento prever toda essa situação.

Quando este Regulamento foi coordenado e feito e está a funcionar desde o início da zona industrial, onde o coordenador desta comissão foi sempre o vereador da Câmara. Antes era o Sr. Abrunhosa de Sousa, agora é o Sr. Eng.º Branco. Mas era exactamente assim e depois vou-vos dizer uma coisa. Não é um vereador que está na comissão, só, que decide. Ele é porta-voz de uma comissão de três elementos, que tem: A Associação Comercial por um lado, o Nacent por outro e o Nacent por outro, o ninho de empresas. Ele é portador duma vontade conjunta da alteração quando leva a proposta à Câmara Municipal e não é uma proposta feita pelo vereador, independentemente de se gostar ou não.

E ela pelos vistos é tão perniciosa e merece tanta alteração que eu já estou na Câmara há 12 anos, o Dr. Gama esteve 6, com a mesma proposta há 18 anos pelo menos e nunca houve um caso em tribunal, nem um caso de divergência profunda na atribuição dos terrenos da zona industrial.

De facto há aqui argumentos objectivos, límpidos, normais, que merecem uma apreciação da alteração deste regulamento.

Por isso digo que a Assembleia Municipal é evidente que é soberana e faz o que quiser, agora os argumentos são os mesmos para reprovar esta proposta apresentada pelo CDS/PP.

Em relação à outra questão que foi aqui posta pelo Jorge Pereira de Frechas sobre o Matadouro do Cachão, eu vou-lhe dizer uma coisa. Em primeiro lugar, eu acho que devia esta Assembleia e era um bom serviço que prestava e ele como Presidente da Junta de Frechas e também membro desta Assembleia, podiam agendar, porque têm essa possibilidade, este assunto para uma Assembleia Municipal, onde estivesse aqui o actual Presidente do Conselho de Administração do Cachão e neste caso do Matadouro também, o Dr. António Mendonça, para que pudesse explicar a esta Assembleia qual o funcionamento e porquê e como, comparativamente do Matadouro do Cachão. E acho que era um bom contributo que fariam na próxima Assembleia Municipal, agendarem este ponto, para terem da pessoa certa, da pessoa que conhece os dados específicos, que é Presidente do Conselho de Administração (como sabem as duas Câmaras são apenas as accionistas do Cachão) que vos fizesse este ponto.

Eu, a única coisa que vos posso dizer, pelos dados que tenho, apresentados pelo Conselho de Administração, é que contrariam totalmente a informação que foi dada aqui pelo Sr. Jorge Pereira, Presidente da Junta de Frechas, e porque entendo que se calhar esta informação lhe foi dada por alguém ou que manda no Matadouro e que está se calhar receoso de perder o lugar do comando, penso eu, ou então de alguém que está receoso das suas funções dentro do próprio Matadouro. Porque os dados objectivos que eu tenho e transmitidos pelo Conselho de Administração é que nos seis meses que a AIN faz a exploração do Matadouro do Cachão, têm tido resultados positivos mensais, na sua exploração. E portanto se tem dados positivos mensais incluído que aumentou o abate, porque alargou aos suínos essa situação que já não existia há uns anos atrás ali, estava só reduzida aos bovinos e aumentou aos suínos essa produção. Por outro lado tem obras a concluir de mais de 15.000 m2, de câmaras frigoríficas que lá estavam construídas e que não serviam para nada, estão a ser adaptadas para poder armazenar mais carne, isto é para que a comercialização possa demorar mais uns dias a decorrer e que me transmitem a mim que têm um plano feito por uma empresa credível, quer para o alargamento daquele matadouro, quer para a viabilidade económica daquele matadouro, se esses são os dados que quer eu, quer o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor, temos, não podemos de maneira nenhuma estar de acordo com esta imagem, porque ela não corresponde aos dados que temos.

Perguntar-me-ão, mas qual é a verdadeira? Eu acho que saberemos qual é a verdadeira com documentos, quando na próxima Assembleia e acho uma sugestão que dou, quer à Mesa da Assembleia, quer a esta Assembleia Municipal, que se introduza este tema na Assembleia Municipal e esteja aqui o Presidente do Conselho de Administração do Matadouro do Cachão para poder prestar estas explicações.

E portanto sobre esta questão acho que se deve discutir profundamente, mas com quem pode dar esses dados objectivamente.

Em relação à questão do Património de Frechas e da exposição itinerante, estou de acordo em absoluto. É preciso proteger, é preciso reconstruir, é preciso manter o património cultural existente no Concelho de Mirandela, disso não temos qualquer dúvida.

Agora o que é preciso também e em Frechas é um exemplo, até existe património cultural muito importante, em estado de degradação total, mesmo sem ser aqueles pequenos casos que falou o Presidente da Junta de Frechas.

Há lá outros até mais graves e com muito maior valor patrimonial, só que são privados. E os privados não são eles nem querem eles fazer essa reconstrução desse património. E eu pergunto? Mas vai a Câmara substituir-se a esses privados, alguns dos quais gastam mais de 500.000 Euros ou 600.000 Euros para restaurar o património de facto que existe ali que é um ex-libris daquela aldeia, com certeza que gostaríamos, mas não temos dinheiro para isso.

Em Alvites a mesma coisa. Nas 102 aldeias do Concelho de Mirandela de certeza absoluta que há património de grande valia arquitectónica que está classificado, mas que é propriedade de particulares e que nós não temos dinheiro para fazer essas reparações.

Outra questão é a questão pontual feita à feira da Igreja, da resolução em que possa ser resolvida através do proprietário e da Câmara, mas se tem tão pouco valor como o Sr. Presidente da Junta acabou de dizer e se os meios económicos envolvidos são tão poucos, eu vou-lhe dizer: a Junta tem competências para intervir aí e negociar. E se é tão pouco dinheiro, porque não faz imediatamente o negócio, porque é pouco e pede à Câmara, para que estamos à espera uns dos outros? A Junta que está em proximidade resolve imediatamente este assunto e na Câmara Municipal traz poder de negociação que é para deitar abaixo e resolvermos a questão que já ocupa duas Assembleias Municipais consecutivas e pelos vistos pelo que foi dito aqui, com tão pouco valor económico e tão fácil de resolver.

Em relação ao Presidente da Junta do Franco, dizer-lhe também que o que ele disse começou há um ano atrás e que tem toda a razão de ser. Nós há um ano atrás conseguimos negociar com a DREN, ficar com determinadas escolas abertas, escolas de acolhimento, mesmo que não tivessem os 10 alunos necessários para continuar. A DREN assumiu esse compromisso até à construção do Pólo Escolar no Concelho de Mirandela e é evidente que a Escola do Franco tem 4 alunos, e eu volto a repetir tem 4 alunos, e eles entenderam, contra a vontade e o parecer da Câmara Municipal, que não havia qualquer justificação para este ano continuar o funcionamento da escola com este número de alunos. Nessa situação é soberana a Direcção Regional, é soberano o CAE, teve o apoio, também lhe posso dizer, do Agrupamento de Escolas de Mirandela e portanto eles tomaram essa decisão ao abrigo das competências que têm. É verdade que com isso perdem as aldeias, é verdade que com isso cada vez as aldeias ficam mais desertificadas, mas também é verdade que com isso, segundo também as competências e as teorias do Ministério da Educação, escolas que não tenham um determinado número de alunos significativo, até em termos escolares e em termos pedagógicos, podem ficar prejudicadas. Esta é a filosofia seguida pelo próprio Ministério da Educação e de que eu no seu conjunto e no seu conhecimento geral, a nossa Carta Educativa traduz e concordo em absoluto.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Tivemos conhecimento do descontentamento de alguns Srs. Presidentes de Junta relativamente aos atrasos nas transferências financeiras assumidas em protocolo, sendo que algumas dessas freguesias já assumiram responsabilidades acrescidas de património cuja manutenção era anteriormente da responsabilidade da Câmara, nomeadamente as escolas, gostaríamos que o Sr. Presidente nos informasse qual o prazo de transferência das verbas que tem vindo a ser praticado.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, eu não vou colocar nenhuma questão em particular, mas não poderia deixar aqui de falar (porque me parece que nesta Assembleia são feitas apenas críticas e intervenções destrutivas por parte da oposição), daquilo que tem acontecido em Mirandela em termos culturais, em termos recreativos e em termos lúdicos. São actividades e eventos que são de grande importância e que acontecem em Mirandela, posso-lhes garantir, por semana são cerca de 3 ou 4, da responsabilidade não só da Câmara Municipal, como também de instituições de organizações da sociedade civil e penso que por uma questão de justiça, acho que é importante aqui referir algumas.

Refiro entre as duas Assembleias Municipais, por exemplo:

- A Semana do Jardim e da Biodiversidade, que traduz o excelente trabalho que a Câmara tem desenvolvido a esse nível, sempre com base no Ecoguia 2007, uma publicação ímpar no panorama nacional.
- O Festival Nacional de Robótica 2007, que mereceu o apoio da Câmara Municipal de Mirandela e também da Junta de Freguesia de Mirandela, para que fosse possível a um grupo de alunos e a um professor, ir aos Estados Unidos, concorrer na área da Robótica.
- O Dia Mundial da Criança que é já uma tradição que movimenta todas as crianças do Concelho de Mirandela e que dá imenso trabalho à Câmara Municipal de Mirandela e em particular ao pelouro da Cultura e da Educação.
- Ao 1º Encontro de Idosos do Concelho de Mirandela, que na minha opinião foi um sucesso, correu tudo bem. As pessoas regressaram de Aveiro satisfeitas porque passaram um dia diferente.
- Referia também aqui o Campeonato Nacional Jovem de Xadrez em semi-rápidas e outros projectos que foram apresentados, creio que o Professor Dinis também vai falar deles e eu não queria estar a sobrepor-me à sua intervenção.
- A Semana da Energia;
- A Semana do Ambiente;
- A Exposição de Pintura «Interioridades», com quadros sobre o Concelho e a cidade de Mirandela.

E também para breve, ou seja para o mês de Julho, estão já previstas algumas actividades, nomeadamente a festa de encerramento da piscina municipal, o acampamento dos escuteiros, o III Festival Música Jovem, o II Open Internacional de Parapente, vai também ter o apoio, para além da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia de Mirandela e de Lamas de Orelhão e não sei se do Franco, a VII Mostra de Produtos Regionais, o Campeonato Nacional Europeu e Taça do Mundo de Jet-Ski.

Todos estes eventos que eu aqui referi e que são muitas vezes esquecidos nesta Assembleia Municipal, traduzem na minha opinião a pujança e o dinamismo da Câmara Municipal de Mirandela e das instituições da cidade e do Concelho, são motivos mais que suficientes para nos sentirmos bem em Mirandela e bem com Mirandela.

Finalmente queria aqui dar uma notícia, creio que é em primeira-mão, com a permissão do Dr. Maçaira: se forem consultar o site da Câmara Municipal de Mirandela vão encontrar um novo dinamismo, vão

encontrar uma diferente arrumação das páginas e dos conteúdos e que (eu sou suspeito para o dizer, porque também sou gestor desta página) traduzem o enorme esforço que tem sido feito a este nível e eu creio que é justo considerar este site, que na minha opinião não está ainda a ser devidamente aproveitado e não está a ser potenciado e é uma pena, mas como eu dizia, é com certeza neste momento um dos melhores sites das Câmaras Municipais deste País. Volto aqui a dizer: consultem o site da Câmara Municipal de Mirandela que têm lá informação útil, que o cidadão comum antigamente demorava uma semana, 15 dias e às vezes se calhar nem conseguiam encontrar determinados documentos.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Se a Mesa me permite, dado que é só uma observação muito rápida, dizer que eu na minha intervenção, Sr. Presidente, disse precisamente que já fiz algumas diligências junto do proprietário e que não fui bem sucedido, transmiti também essa informação.

4.2- DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO. QUIOSQUE

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Relativamente ao Ponto 4.2 e já agora também ao sucessivo ponto 4.3 da Ordem de Trabalhos, gostaríamos de clarificar se quando se referem a uma desafectação do domínio público para o privado, se significa para o domínio privado da Câmara ou para o domínio privado apenas. Se a Câmara prevê alienar esse património futuramente. Obrigado.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Esta minha intervenção justifica-se apenas porque penso que toda a gente se apercebeu que quando esta questão foi discutida em reunião do Executivo, foram colocadas algumas dúvidas e penso que isto pode gerar alguma confusão.

Eu fiz uma pesquisa legislativa, jurisprudencial e doutrinal sobre esta matéria e a minha intervenção aqui é um mero contributo para que algumas dúvidas deixem de subsistir.

O património das autarquias locais, que integram o Estado, e que dispõe de património próprio ao abrigo do princípio da autonomia local divide-se em duas categorias: os direitos reais que é o (património real) e os direitos de crédito ou obrigações que é o (património creditício ou obrigacional).

O património real das autarquias divide-se em domínio público e domínio privado.

A par do que se encontra constitucionalmente consagrado, cumpre referenciar o Decreto-Lei nº 477/80, de 15 de Outubro, que regula especificamente o domínio público e privado do Estado, nomeadamente os artigos 4º e 5º, que eu me escuso de aqui dizer, mas se quiserem podem consultar.

Do ponto de vista doutrinal, o critério de distinção entre os domínios referidos é precisamente o da utilidade pública, o da aptidão das coisas para a satisfação das necessidades colectivas.

Assim, Domínio público é caracterizado por ser "o conjunto de coisas, que pertencentes ao Estado, às regiões autónomas ou às autarquias, são submetidas por lei, dado o fim de utilidade pública a que se encontram afectadas, a um regime jurídico especial caracterizado fundamentalmente pela sua incomerciabilidade, em ordem a preservar a produção dessa utilidade pública".

Domínio privado por sua vez é constituído por todos os "bens que, por não se encontrarem integrados no domínio público, estão, em princípio, sujeitos os regime estatuído na lei civil e, consequentemente, submetidos ao comércio jurídico correspondente".

Assim, os bens do domínio privado e os bens que integram são todos os que não estiverem previstos e definidos na lei, que seguem, em princípio, o regime do direito civil e as questões a eles inerentes são dirimidas principalmente nos tribunais comuns.

Ao contrário do que sucede com os bens do Estado e das Regiões Autónomas, se encontram do ponto de vista legislativo previstos, o domínio público autárquico, não obstante a previsão constitucional nesse sentido, não está legalmente consignado.

Os princípios referentes ao regime aplicável ao domínio público do Estado não se encontram previstos nem na CRP nem em qualquer outro acto legislativo. Apenas o art. 202º do Código Civil prescreve que as coisas que se encontram do domínio público não podem ser objecto de direitos privados.

Resumindo e concluindo, daqui resultam, características fundamentais do que é do domínio público.

- Desde logo, a inalienabilidade, na medida em que os bens estão subtraídos ao comércio jurídico privado e à titularidade dos privados, obstando ao efeito aquisitivo por parte destes, podendo apenas constituir objecto de actos de disposição de natureza pública; jurisprudencialmente e doutrinalmente, a violação do princípio da inalienabilidade desemboca na nulidade do acto praticado sobre o bem na medida em que o negócio é inválido.
- Outra característica é a imprescritibilidade dos bens do domínio público, o que implica que não possam ser adquiridos por usucapião, sendo que os particulares apenas têm legitimidade para usufruir dos

bens do domínio público ao abrigo de um título jurídico-administrativo. Caso contrário, a ocupação será abusiva.

- Por outro lado, os bens do domínio público do Estado são impenhoráveis.

Todas estas características resultam da extracomercialidade privada das coisas públicas, que não se assume como uma qualidade intrínseca da própria coisa mas sim como um atributo resultante da função que são chamados a desempenhar.

Para concluir, dizer que através de um acto de desafectação, que é o que está aqui em causa a entidade administrativa, por imperativos de interesse público, desvincula o bem do destino a que o mesmo se encontra adstrito por força da afectação, deixando de desempenhar a função que justificou a qualificação legal como pública, o que implica que não se aplique a doutrina jurídica das coisas públicas. Muito obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

É só a questão do Deputado Luís Sousa.

Em termos jurídicos penso que ficou respondida, eu não seria capaz de ser tão exaustivo, portanto em termos jurídicos está respondida, só que esta questão tem uma consequência prática que acho que toda a Assembleia deve saber e a questão é esta:

Porque é que o Pocal actual exige a desafectação do domínio público para o domínio privado municipal (que é assim que se chama, falta a palavra "municipal")? Porque a partir de agora e com a nova legislação e a nova lei das finanças locais e a preocupação que todos os Governos vão ter, este e os outros, sobre a solvabilidade dos Municípios e a sua capacidade de crédito e de endividamento e por causa das parcerias público-privadas, só pode ser considerado património do município tal, para ser avaliado pelas entidades idóneas e competentes, o que estiver classificado no Pocal em domínio privado municipal, que é aquele património que pode ser comercializado, objecto de venda, objecto de compra, objecto de penhora, objecto de situações várias e isto é essencial e por isso é que o nosso inventário está a decorrer de uma forma e cada ano aumenta o volume, é essencial porque aí é que se consegue saber se os Municípios têm capacidade ou não de endividamento ou de empréstimos, consoante o conjunto do seu património municipal, porque o património público fica de lado, esse não conta para nada de avaliação dessas entidades idóneas e competentes, é aquele domínio de património municipal que ninguém pode mexer, são as ruas, os largos, os caminhos, tudo aquilo que é imóvel e que não pode ser nem alienado nem tirado dali e então aí sim, eles podem fazer um estudo de qualquer autarquia, baseado também no activo mais importante que tem que é o seu património e por isso é que existe agora esta classificação em termos de Pocal, entre o de domino público privado municipal e domínio público municipal.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, estando presentes 62 membros dos 75 que a compõem, conforme proposto, aprovar a desafectação do domínio público para o privado do Município, do referido "Quiosque", com a áreade117.00 m2.

4.3 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO. ALVARÁ N.º 1/2006 – IMOTUA.

Há intervenções neste ponto? Não há. Da mesa há alguma intervenção? Não havendo passamos à votação.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor Unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, estando presentes 62 membros dos 75 que a compõem, conforme proposto, aprovar a desafectação do Domínio público para o privado dos lotes2 e 14 eda área de 5.862.00 m2 –Alvará N.º 1/2006 – Imotua.

4. 4 – ALTERAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS –IMI

Deputado Municipal Leonel Xavier (CDS/PP):

Este ponto suscitou-me alguma dúvida e por conseguinte agradecia algum esclarecimento, porque me parece que estamos a entrar nos bolsos dos munícipes e com muita facilidade.

A Câmara Municipal de Mirandela pretende cobrar ainda este ano mais 0,2% para prédios urbanos e mais 0,1% para prédios urbanos avaliados.

Isto foi deliberado na reunião de Câmara de 08 de Novembro de 2006.

A proposta apresentada desta forma tão linear e desajustada ao momento económico-financeiro que o País atravessa, e o nosso Concelho não foge à regra, merece algumas considerações e estas prendem-se com o seguinte: porque é que o Executivo não aplica o dobro do IMI sobre os prédios urbanos devolutos e degradados, aliás à semelhança do que tem sido feito por exemplo no município de Coimbra e no município do Porto.

Eu bem sei que nestas duas localidades que referi tem sido difícil e é difícil porque são duas cidades completamente diferentes de Mirandela, que têm dificuldade em comunicar, avisar os proprietários desses prédios, mas julgo que aqui em Mirandela que não era muito difícil saber quem são os proprietários dos prédios degradados. E então aí, julgo eu que se obtinham alguns benefícios e escusaríamos talvez de sacrificar as bolsas dos nossos munícipes, que já estão bastante degradadas.

E o que era, obrigar os proprietários a fazer as respectivas obras de conservação ou então seriam penalizados a pagar o dobro do IMI que está estabelecido.

Desta forma deixariam de ser os outros a pagar a factura já de si bastante onerosa, por outro e desde que os considerandos que aqui exprimam sejam aceites, sempre haverá outros processos para se conseguir equilíbrio financeiro que não colida com os bolsos já rotos de todos nós.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Começou o professor Xavier por dizer que a Câmara Municipal pretende cobrar mais 0,2% ainda este ano. É evidente que não é a Câmara Municipal que cobra mas o Serviço de Finanças. Como deve saber professor Xavier, porque já anda nestas lides há muito tempo, a Câmara Municipal tem obrigação de determinar o valor a cobrar a título de IMI, de o comunicar até Novembro, sendo que a taxa que será deliberada aqui nesta Assembleia, naturalmente só será aplicada no ano de 2008. E portanto isto resulta da lei e parece-me que o Sr. deputado, pela experiência que tem deveria saber isto mesmo. Na parte em que diz "ainda este ano", deverá dizer no ano de 2008.

Depois, também para dizer que eu venho falar aqui em meu nome pessoal, uma vez que surpreendentemente não há disciplina partidária em relação ao voto. Normalmente como sabem, nestas coisas de impostos, porque há um natural desinteresse em vê-los aumentados, normalmente funciona a disciplina partidária.

Congratulo-me pelo facto de no Grupo Municipal do PSD, isso não existir e portanto cada deputado do Grupo Municipal do PSD, votará em consciência.

Eu vou votar a favor e vou dizer porquê. Eu vou votar a favor porque há aqui duas percentagens diferentes. Há uma percentagem que é de 0,3, aplicável aos prédios urbanos, avaliados nos termos do novo código do IMI.

Há uma outra taxa diferente que representa 0,6 e que é aplicável aos prédios urbanos que não sofreram essa reavaliação. Todos os que já apresentaram uma declaração de IMI e que viram os seus prédios reavaliados, penso eu que não terão o menor temor em aprovar esta proposta, porquê? Porque da reavaliação dos prédios, os valores patrimoniais tiveram uma subida de tal forma acentuada, que representam aumentos de 500, 600, 700, 800%, em relação ao valor patrimonial. Foi por isso, meus senhores, que em relação a essa taxa, se vocês repararem, ela está no linear do mínimo que é possível. O mínimo é 0,2, a Câmara entendeu propor 0,3.

Em relação aos 0,6 de que falava o professor Xavier. Esses 0,6 representam efectivamente um aumento de 0,2 em relação ao IMI praticado em 2006 / 2007. Em relação a isso, há primeiro que estabelecer uma primeira questão.

Em 2007, o IMI não sofreu qualquer alteração, ou seja, se a Câmara utilizasse o que podia e não o fez, em 2006, o privilégio de aumentar o IMI, teria já arrecadado uma maior receita em 2006. Não o fez, até Novembro não apresentou qualquer valor ao Serviço de Finanças e o IMI manteve-se estável.

Depois, por uma questão de justiça fiscal, devemos aprovar esta proposta, porque meus senhores, nós podemos pensar de duas maneiras: como proprietários de prédios urbanos, então vamos votar todos contra, eu inclusive, tenho duas fracções, o meu escritório e o apartamento, vou votar contra, porque vou ver, o meu prédio não foi ainda reavaliado em termos de IMI, vou ver acrescido o valor da minha contribuição autárquica em 0,2%.

Ou podemos votar com abstracção dos nossos interesses pessoais e votar naquilo que é o interesse público e no princípio da justiça, que deve também presidir na cobrança e no pagamento de impostos.

Não seria justo que eu continuasse a pagar uma taxa de 0,4%, com um valor patrimonial que não corresponde ou não tem a menor correspondência ao real, porque se Vª Ex.ªs se lembrarem dos valores patrimoniais que constam nas cadernetas prediais urbanas, constatarão com facilidade que esses valores

não têm qualquer correspondência com a realidade e portanto aqueles que viram o seu prédio reavaliado pagam muito e pagam demais e aqueles que continuam à espera dessa reavaliação, que compete ao Serviço de Finanças em exclusividade, ou seja, não é a Câmara que vai fazer a reavaliação, porventura seria mais célere e resolveria esta questão e seria apenas aplicável a taxa de 0,3, essas pessoas que não viram o seu prédio reavaliado, naturalmente pagariam muito menos impostos e portanto eu acho que é justo que pague toda a gente, que paguem todos os proprietários na mesma proporção.

Devo dizer até que considero pessoalmente, mais injusto os 0,3 aplicados aos prédios reavaliados, dada a percentagem do aumento do valor patrimonial, do que propriamente o aumento de 0,2 que se propõe aqui para os prédios urbanos que mantêm o mesmo valor patrimonial. Muito obrigada.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Sr. Presidente do Município, Srs. Vereadores, Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

É frequente e até com justiça que os autarcas do interior se insurjam contra as políticas ou as ausências de políticas emanadas do Governo Central, políticas e medidas excepcionais, que estanquem o desenvolvimento e até a crescente desertificação do interior. A desertificação das nossas cidades, das nossas vilas e das nossas aldeias.

Responsabilizam-se os Governos, independentemente da cor política e por vezes até com muito alarido, quando somos privados de serviços públicos, serviços que entendemos importantes para a manutenção de um determinado padrão e qualidade de vida e como factores de desenvolvimento.

As responsabilidades do desenvolvimento, são cada vez mais e por via da transferência de poderes, repartidas quer pelo Governo Central, quer pelas Autarquias.

Têm hoje as autarquias um leque de competências que lhe permitem adoptar políticas coerentes, sustentadas, políticas atractivas para a fixação das pessoas e a atracção doutras.

Ora, neste contexto, entendemos que o IMI, o Imposto Municipal sobre Imóveis, pode ser um instrumento importante de desenvolvimento local. Desde logo porque o IMI será porventura a maior receita própria das autarquias, mas pode sê-lo ainda mais e disso não temos dúvidas, se usado com ponderação e com bom senso.

E ponderação e bom senso é com certeza o que reclamam os Munícipes, quer da gestão desta autarquia, quer desta Assembleia.

E num contexto de subida gradual dos juros, até precariedade de emprego e de outras situações que escusamos agora aqui de enumerar e com certeza todos bem conhecemos e portanto numa perspectiva de desenvolvimento local, impunha-se e impõe-se que nesta matéria, - na matéria da fixação das taxas para o próximo ano – que haja bom senso. Mas não, ao contrário de que aqui prevalecesse o tal bom senso que se entendesse que o IMI, como uma taxa que pode ser um factor de desenvolvimento, num contexto também onde há muita oferta mobiliária e há muita procura, o município em vez de dar um contributo incentivador para aquisição de casas próprias, pelo contrário, não. E o que é que faz o Município? Faz precisamente o contrário daquilo que entendemos que deveria fazer.

A Deputada do PSD teve a preocupação aqui de falar no aumento de 0,01 ou 0,02 e nunca falou naquilo que deve ser dito aqui com clareza é que este aumento representa um aumento de 50%. Isto, ela escusou-se inteligentemente a dizê-lo e 50% é um aumento significativo. 50% pode ser um aumento e é com certeza um aumento inibidor do tal desenvolvimento que se por um lado reclamamos junto do Governo Central, mas quando temos instrumentos à nossa disposição para desenvolver políticas de desenvolvimento local, não as usamos, pelo contrário. O que me parece de facto aqui e é um apelo que eu faço ao tal bom senso que os Munícipes reclamam de nós, é que esta Assembleia se fixasse só nisto, é que este aumento aqui, representa 50%, num contexto onde há empobrecimento das famílias, num contexto onde há desertificação. E devemos entender também o imposto e a fixação de valores pelos limites mínimos, também como um caminho, não só para os que cá estão continuem a ficar, continuem aqui a adquirir as casas, mas também para aqueles que estão fora e que possam vir para Mirandela e que o facto do IMI ser fixado nos limites mínimos possa também ser um atractivo. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

A posição do CDS/PP sobre esta matéria já ficou esclarecida em reunião de Câmara e durante a reunião ordinária da Assembleia Municipal de 22/12/2006.

Para que fique claro, o Grupo Municipal do CDS/PP não é contra a subida de impostos municipais por princípio, porque também já aqui fizemos uma intervenção na defesa de uma maior capacidade de defesa fiscal do Município, a par do incremento das suas competências, para que o eleitor responsabilize o eleito não só pela obra feita, mas também pelo modo como essa foi feita e quanto custou ao erário público.

A dimensão do eleitor contribuinte é fundamental à avaliação dos executivos em democracia.

Somos contra uma subida de impostos municipais sem qualquer sinal de mudança nas práticas de gestão autárquica deste executivo, Sem contenção de despesas correntes, consideramos um fardo

desnecessário o aumento do IMI, numa época em que os cidadãos já estão a pagar um IVA exagerado, os mais altos a nível europeu, umas taxas de juros insuportáveis para os jovens casais que decidiram comprar a sua primeira casa. Um aumento dos preços de energia e de outras comodidades básicas, nomeadamente o aumento das taxas concelhias de consumo de água e saneamento e o aumento de prestação de determinados serviços devido à diminuição de comparticipação do Estado.

Também por estas razões conjunturais parece-nos inadequado o aumento do IMI que este Executivo propõe. Votaremos contra esta subida de impostos municipais.

Presidente da Câmara Municipal:

Em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Xavier que em relação aos prédios devolutos é difícil saber até quem são os próprios proprietários. Nós andamos atrás deles às vezes há um ano ou dois para fazerem as respectivas demolições que põem em causa a segurança e já são tantas as partes que estão interessadas naquilo que até é difícil localizar o respectivo proprietário. Não é fácil essa situação. Só que isso também representava muito pouco para aquilo que aqui estava em causa e eu vou enumerar para todos e serve para todas as intervenções, três ou quatro princípios que levaram à apresentação do aumento deste imposto.

Em primeiro lugar é dizer que esta proposta agora e já foi discutida – ainda bem, disse o Sr. Deputado Luís Sousa – já há muito tempo, em que o PSD não fez nem a Câmara o fez em 2006 para 2007, porque aqui, com toda a transparência dissemos que depois a trazíamos no próximo ano.

Aqui está uma medida impopular, transparente, trazida com antecedência para aplicar em 2008 e trazida com tempo e aprovada já na Câmara há cerca quase de mais do outro ano atrás, isto é com todo o conhecimento e transparência para que todos saibam que a Câmara vai querer aumentar o Imposto do IMI.

Portanto mais clareza do que isto na cobrança do imposto, não pode haver.

Em segundo lugar dizer-lhe também que a Câmara perdeu e é preciso que isto fique claro, porque as pessoas se calhar andam iludidas sobre esta questão.

Quando tínhamos Contribuição Autárquica, que existia em Mirandela até há dois anos e meio atrás, a Câmara há dois anos e meio para cá e basta vocês consultarem o vosso Relatório de Actividades e o Plano de Contas sobre as receitas dos Impostos Directos e Indirectos, para perceberem que desde que há IMI, a Câmara de Mirandela perdeu uma média de 370.000,00 Euros por ano de impostos. E perdeu não por culpa do IMI que devia aumentar quase no dobro, como aconteceu nalguns municípios, mas por culpa da falta de celeridade na administração das finanças, na máquina das finanças, que não tem nem tempo nem técnicos, nem dinheiro para gasolina, nem outras situações no género, para fazer as avaliações que se exigem sobre os prédios existentes. E se tivesse feito essas avaliações e com o estudo que temos feito, não era preciso subir IMI, rigorosamente nenhum, porque nós já estávamos no nível mínimo, porque só o aumento dessas avaliações, davam para fazer o quádruplo da receita de impostos que actualmente temos. Infelizmente em Mirandela, neste momento só há 15%, feito em dois anos, de prédios avaliados. E eu volto a repetir 15%. Isso levou a uma redução de impostos durante estes dois anos, directos e indirectos, de cerca de 370.000 Euros.

Em terceiro lugar dizer-vos que já não há aumento de IMI há dois anos. Isto é, desde que se passou da Contribuição Autárquica para o IMI, foi sempre o mínimo, em Mirandela, o mínimo e eu pus-vos aí uma lista de 25 Concelhos, como posso pôr de 50, onde Mirandela está com os IMI's mais baixos de todos os Municípios do País, porque está no mínimo há dois anos, sem subir qualquer percentagem este imposto.

Terceiro, é verdade que tem que haver alguma justiça fiscal nesta matéria, é evidente que são sobrecarregados os que têm algum património, para poder ajudar actividades que doutra forma não podiam subsistir, porque não têm nem receitas nem património.

Depois disto respondo à questão do Jorge Costa, ao dizer-lhe: é verdade que nós contestamos determinadas medidas do Governo que são restritivas para o desenvolvimento das regiões, mas eu vou-lhe dizer outra coisa, é que o Governo, todos os impostos que são da responsabilidade do Governo para receitas directas para o Governo, subiu-os todos, não ouvi nenhuma contestação nem da bancada do PS, nem de si em particular, subiu-os todos, só reduziu sabem quais? Aqueles que eram das Autarquias, que a receita era para as Autarquias, onde fomentou aquele sistema das isenções, em que fez determinadas medidas do Simplex, que ficam isentos de pagar "isto, aquilo e aqueloutro", mas essas receitas eram todas das autarquias locais. Se virem imposto a imposto do Ministério das Finanças, tudo o que era receita directa para o Estado, par não ser distribuída, não teve nenhum, nenhum, tiveram todos subida, apesar de terem dito que não subiam.

Mas se virem todos aqueles que têm uma reversão percentual para as autarquias, para subsidiar as autarquias, todos tiveram redução, quer com as isenções feitas, quer com a dispensa de escrituras, quer com a dispensa do imposto de selo, quer com outras medidas. Bem-vindas, desburocratizadoras sim senhor, mas que eram fontes de receita para o poder autárquico. E isso está reflectido na Lei das Finanças Locais.

E eu pergunto com toda a sinceridade, que é: é verdade que nós devíamos incentivar e é verdade que nós não devíamos contribuir para que todos pagassem mais impostos e dizem, isto é uma subida de 50%. Meus amigos, eu tenho colectividades em Mirandela e algumas delas o Jorge Costa conhece e conhece bem, como vocês conhecem outras, desportivas, nomeadamente, que desde que cheguei à Câmara, até hoje,

subiram 1000% de subsídio, eu volto a repetir 1000% e subiram porque elas sem esse dinheiro não conseguiam ter o nível de desenvolvimento que podem ter hoje, É necessário meios para atingirem determinados fins.

As Juntas de Freguesia precisam de Protocolos com mais dinheiro, de fazer subsídios extraordinários com mais dinheiro, é preciso haver receitas para essas matérias.

É aqui uma questão de distribuição de justiça fiscal.

Por isso é que eu digo que, com toda a transparência e mais – fui eu que disse ao Grupo Parlamentar do PSD, que nesta matéria cada um votasse como quisesse E que votasse como quisessem, porque quando se aprovam impostos, devem-se aprovar impostos com consciência social, isto é, porque eles são úteis para alguma coisa. Se entenderem que eles não são úteis para o desenvolvimento de algumas modalidades, não devem votar, mas se entenderem que são úteis, devem votar e por isso está aqui a proposta. Estas são principais razões da actualização deste imposto, que é o IMI no Concelho de Mirandela.

Votação:
Votos Contra.....13
Abstenções.....0
Votos a Favor.....41

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, aprovar a Alteração do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):
Gostávamos também de saber como é que a Mesa tinha votado nesta questão.

Presidente da Assembleia Municipal:
A Mesa votou a favor.

4.5 – VENDA DO TERRENO MUNICIPAL SITO NO BAIRRO DO CONVENTO, DESIGNADO POR LOTE 11, À EMPRESA TECSAM, SA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE PRIVADA DE SAÚDE.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):
Sobre este ponto, para aqueles que não têm memória, ou e sobretudo para que se resista à tentação seguramente avassaladora no interior de alguns espíritos, se utilizar uma argumentação intelectualmente desonesta, demagógica e fortemente violadora dos princípios éticos que em trabalhos académicos se defende presidirem na política, afigura-se-me imprescindível desdobrar esta intervenção em 4 pontos:

1.º A extinção de direito de superfície detido pela Somague, Sa.;
2.º O valor da indemnização acordada entre a Câmara e a Somague, a título de indemnização pela extinção do referido direito.
3.º A venda do terreno à Empresa Tecsam.
4.º O voto contra a venda do terreno à Tecsam, pelos vereadores do CDS/PP.

Não perderei para já um segundo a enunciar a cadeia de factos que esteve subjacente ao acordo entre a Câmara, a Somague e o INH, por entender que a Certidão da Acta é a este propósito, nomeadamente pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara, perfeitamente esclarecedora.

Relativamente e entrando directamente na primeira questão "a extinção do direito de superfície", é de meridiana evidência que libertar o terreno das amarras que o liga à Somague é uma necessidade imperiosa, com vista, naturalmente, a que a Câmara possa do mesmo retirar as utilidades que lhe estão subjacentes.

Enquanto se mantiver constituído o direito de superfície, temos lá um terreno que mais não é do que um valor morto, o que não serve os interesses da Somague, mas sobretudo é gravemente prejudicial para Mirandela, para o Município, já que o que se pode afirmar é que tem não tendo.

Impõe-se com isto dizer que a extinção do direito de superfície é o primeiro passo para a viabilização da utilização do terreno para outros investimentos, nomeadamente aquele que ora é proposto.

Segunda questão "valor da indemnização".

Haverá quem pergunte se tal valor é arbitrário. O valor acordado traduz-se numa conquista para aqueles que o negociaram, em representação da Câmara e constitui um recuo acentuado em relação às expectativas que a Somague detinha e que determinaram reclamasse inicialmente, a título de indemnização o montante de 453 mil e qualquer coisa Euros, para afinal receber 218 e qualquer coisa Euros.

Porque é que se tem que pagar uma indemnização, foi uma questão que foi levantada pelo Vereador do CDS/PP, o que também é estranho e eu diria que naturalmente porque para além das obrigações contratuais e da legítimas expectativas criadas à Somague, o impor e merecerem-se delas o direito,

naturalmente, mais que não fosse, até por força de um enriquecimento sem causa, porque na verdade, declarado nulo que fosse o contrato, cada um teria que reconstituir a situação tal como ele estava antes e naturalmente a Câmara não se poderia apropriar de obras físicas e intelectuais – estaleiro, desaterro, projecto de construção – porque enriqueceria sem causa na exacta medida, em que a Somague sofria um empobrecimento.

Como se chegou ao valor, está facilmente apreensível na acta. Fundamentou-se num critério técnico e foi politicamente negociado, com vista a que a Câmara recebesse contrapartidas que sob o ponto de vista meramente técnico, não teria direito.

O estaleiro foi valorizado em 1,5% do valor total da obra, o que representa que a Câmara logrou contornar aquilo que é a jurisprudência do Conselho Superior das Obras Públicas, que normalmente fixa a título de indemnização 2%.

Relativamente ao projecto de construção das habitações sociais, 2 conquistas para a Câmara:

1.º Fixar em 118 Euros o valor de tal projecto, o que fica aquém do valor de mercado.

2.º Impor à Somague a adaptação de tal projecto para o Bairro do Sardão, onde serão construídas as habitações sociais. Isto permite à Câmara poupar 213.000,00 Euros por um lado e permite dar um salto monumental na concretização da construção da habitação social, já que adaptado que esteja o projecto, poder-se-á abrir concurso para a construção das habitações sociais.

Terceira questão "Venda de terrenos à Tecsam Sa para a instalação de uma Unidade de Saúde Privada, voltada para a hemodiálise, com uma componente refira-se inovadora, ligada à possibilidade de assegurar cuidados continuados a cerca de 150 doentes e de se tornar nesse aspecto uma unidade pioneira e única em Portugal.

Unidade de Saúde, meus Senhores que representa o investimento de 10 milhões de Euros. É certo Eng.º Baltazar que temos que apoiar as pequenas e médias empresas, não deixa de ser certo que também temos que motivar as grandes empresas.

Unidade Privada de Saúde acessível a ricos e pobres, isso é importante, hoje não temos cá o Sr. Garrido, mas para o Sr. Garrido, seguramente, seria muito mais importante do que para qualquer outra pessoa.

É uma Unidade Privada de Saúde com convenção com o Estado, o que permite que qualquer pessoa não pague nada ou que pague uma taxa moderadora como no Serviço Nacional de Saúde, pelos cuidados de Saúde prestados nessa mesma Unidade.

Uma Unidade Privada de Saúde, que para além de investir em termos de hospital, será também seguramente, uma fonte de captação de um novo turismo e daí também a construção de 12 bungalows que foi negociada pela Câmara como contrapartida da venda do terreno.

O preço em face do exposto e do interesse público que naturalmente que reveste esta unidade de saúde, teria que necessariamente andar próximo, próximo daquele que é praticado na zona industrial. Ainda assim, ultrapassa esse valor, porque na verdade contrariamente àquilo que acontece na zona industrial, as infra-estruturas serão da inteira responsabilidade da Tecsam.

O mérito também, para além de tudo aquilo que já foi referido é também avançar no tempo, dando destino a um terreno cuja afectação apenas e apenas para tal pode ser utilizado, a instalação de um equipamento colectivo.

Põe por outro lado termo à contestação das populações residentes que se insurgiam contra outros destinos, ameaçando que o desrespeito por tal afectação determinaria que agissem judicialmente com a propositura de providências cautelares e acções, o que mais não fosse atrasaria por consequência a execução de qualquer projecto.

Este novo Hospital é mais um sonho que vimos concretizado. E como já aqui foi referido pelo deputado António Figueiredo, o Grupo Municipal do PSD é comandado por sonhos, que são projectos para Mirandela, que contribuem para o seu crescimento, desenvolvimento, atractividade, melhoria da qualidade de vida dos munícipes. É que para nós, Srs. deputados, sonhos são projectos. Enquanto outros há, que quando se fala em sonhos, apenas se lembram daqueles que se comem com canela e açúcar, como referiu nessa altura o deputado Luís Sousa.

Tudo são sonhos é certo, a ambição é que é diferente. Só assim se explica o voto favorável dos Vereadores eleitos pelo PSD e o voto contra dos Vereadores do CDS/PP.

4.ª Questão "Declaração de Voto dos Vereadores do CDS/PP".

Os Vereadores do CDS/PP, votaram contra a venda do terreno à Tecsam, mas desiludam-se aqueles que pensam que tal voto se alicerçou em qualquer discordância em relação ao preço proposto, no valor de 39.000.378,50 €.

Efectivamente não votaram contra por discordarem também da construção do hospital, aliás, classificaram tal investimento como a consolidação de um cluster da saúde.

Meus Senhores, a este propósito não houve qualquer discordância dos vereadores do CDS/PP. Os Vereadores do CDS/PP votaram contra exclusivamente porque a Tecsam além de pagar o preço, se obriga

também ainda a construir 12 bungalows, o que representa um investimento adicional de 360.000,00 €. Os Srs. Vereadores, poder-se-á dizer em termos metafóricos, votaram contra porque lhes é oferecido um saco de rebuçados e eles apenas queriam 2, porventura 3 rebuçaditos. Na verdade os Srs. Vereadores do CDS/PP aceitariam votar favoravelmente e é isso que consta da sua declaração de voto, se o preço fosse de 39.378,50 €, mas votaram contra porque para além do preço de 39.378,50 € havia um investimento também de mais 360.000,00 €. No fundo o que afirmaram foi. Queremos que paguem 39 mil e tal Euros, não aceitamos que paguem quase 400 mil Euros. Isto leva-nos a uma última questão que será o que poderá estar por trás de um voto destes, prejudicial aos interesses do Município de Mirandela.

Visão estratégica para o Concelho seguramente não será, estratégia política e ambição pessoal, talvez. É que meus Senhores não se abstraíam que 12 unidades modelares de alojamento turístico, representam:

1.º 360.000,00 € de investimento em Mirandela

2.º Representam impulso significativo na oferta turística local. Representam uma nova atracção para um novo turismo. Representam reforçar e aumentar o alojamento do Parque de Campismo de Mirandela, significa em suma "crescer" e o crescimento, Meus Senhores, pode ser um grande entrave. Parece uma contradição, não é. Um grande entrave se não mesmo um monumental entrave, intransponível até para as ambições pessoais e / ou políticas de uns tantos.

Agora que dizer destes Srs. Vereadores do CDS/PP que querem investidores, reclamam por investidores, fazem longas e interessantes dissertações de economia política, mas depois insurgem-se contra o investimento.

A declaração de voto do CDS/PP é um sinal claro, um grito de alerta a todos aqueles que querem investir em Mirandela. Invistam mas não muito. Invistam mas não tanto. Sim, porque quanto mais investirem mais nos afastam do nosso sonho, o sonho de um dia tomarmos as rédeas do poder em Mirandela.

Pois bem Srs. Vereadores do CDS/PP, fica a recomendação. Façam política, politiquice mesmo se assim o entenderem, porque isto é uma democracia, mas não se afastem dos interesses de Mirandela e dos Mirandelenses. De resto, com tanta estratégia acabarão por ficar a falar sozinhos. Já foi o chefe, vai o Presidente da Junta e por aí fora, ou porventura a falar para os peixes, quando muito debruçados algures sobre o rio Tua. Pobres peixes! Para a história fica o voto contra do CDS/PP à viabilização de um investimento de 10 milhões de Euros em Mirandela. Os eleitores a seu tempo não se esquecerão. Muito obrigada.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Sr.ª Deputada Elina, noto já de algum tempo, desde o início deste mandato, algum azedume seu em relação ao grupo do CDS/PP, penso que serão questões do passado, tenho pena de facto que isso lhe afecte tanto a sua vida como deputada desta Assembleia.

De qualquer das maneiras, aquilo que e falando de congruências, se os vereadores foram ou não foram congruentes, ou se vão ou não ser congruentes com aquilo que de facto nós vamos votar que é a favor.

Por falar em congruências, havia um desdobrável de campanha que indicava já em concurso as ditas casas sociais, só por falar em congruência. Ainda estão por fazer. Bom, vamos ao que interessa.

Relativamente ao ponto que nos é colocado em Adenda, gostaríamos de tecer um conjunto de considerações, em consonância com as preocupações levantadas pelos nossos Vereadores em reunião de Câmara que justificam o nosso sentido de voto.

Em primeiro lugar gostaríamos de apresentar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal uma nota de desagrado pelo modo como introduziu este tema para esta reunião ordinária, estamos todos conscientes que o investimento privado não espera e que precisa de decisões céleres e nós estamos cá para isso.

Portanto a questão não se coloca com o facto de fazer uma Adenda à Convocatória para incluir este assunto. O problema prende-se, isso sim, com duas coisas muito simples.

Por um lado, a falta de comunicação com os líderes das bancadas para a marcação de uma data que seja favorável a todos para que possamos atrair a estas sessões plenárias o maior número possível de deputados e para que eles possam conciliar a sua participação na reunião de Assembleia com a sua vida profissional que como sabe é gerida com meses de antecedência e sobre este ponto eu peço já imensa desculpa, possivelmente vou fazer a minha intervenção e vou ter que me ausentar, já nem estou certo que irei votar, o meu sentido de voto de qualquer das maneiras fica aqui expresso, pela simples razão que às seis horas da tarde tenho que estar em Lisboa a dar os exames aos meus alunos de mestrado e não posso faltar a esse compromisso. Portanto foi com sacrifício que vim, com muita dedicação, mas de facto se tinha havido alguma comunicação com antecedência, toda a gente tem uma agenda e todos somos ocupados.

Por outro lado, introduzir um assunto em Adenda à Convocatória tendo o Sr. Presidente da Câmara com dois dias de antecedência realizado uma conferência de imprensa sobre o tema em que dá por certa a sua aprovação e esteja descansado Sr. Presidente que terá a sua aprovação, parece-me pouco dignificante para esta Assembleia.

Já a 06 de Junho de 2007, o Sr. Presidente da Câmara tinha comunicado aos nossos Vereadores que este investimento iria ser anunciado publicamente através de uma conferência de imprensa entre os dias 20 e

30 do corrente mês. Só podemos depreender 2 coisas, ou se trata de uma desatenção por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal aos trabalhos do Executivo e porventura uma falta de consulta com o Sr. Presidente da Câmara para elaboração de agenda para os trabalhos desta Assembleia, ou se trata suma estratégia deliberada de esvaziamento do debate público e de desvalorização do papel deliberativo na Assembleia Municipal.

Sr. Presidente, em termos práticos a proposta já foi aprovada, ela foi aprovada em conferência de imprensa.

Além disso a data escolhida para esta reunião coincidiu com as celebrações da elevação de Torre D. Chama a Vila e do primeiro foral de D. Dinis àquela prestigiada localidade do nosso Concelho, às quais também não poderei estar presente pela razão que já vos indiquei. Espero que o Sr. Presidente acautele a este tipo de situações e que não se voltem a repetir.

Concretamente e em relação à proposta de extinção do direito de superfície do terreno destinado às habitações sociais e de venda do mesmo à Tecsam, Sa, para a realização de um investimento privado no domínio da saúde, gostaríamos de levantar as seguintes questões que nos parecem importantes e que ainda estão por esclarecer.

A construção de habitações sociais no dito terreno foi decidida a 30 de Novembro de 2000 e o Protocolo com a Somague para a construção dessas habitações em regime de parceria quer no proveito, quer no risco que esse investimento acarreta, foi assinada a 30 de Dezembro de 2000, passando essa a gozar de direitos de superfície para a realização de projecto.

Não obstante o Sr. Presidente tenha enganado os eleitores, sobretudo aquelas famílias a quem se destinavam as casas, por inúmeras vezes, primeiro dizendo que essas habitações estariam prontas para Agosto de 2002, depois colocando entre aspas os estaleiros no terreno em época eleitoral em mais um truque de ilusionismo e finalmente dizendo que elas já se encontravam entre aspas, em concurso e protocoladas com o INH, como indicava o seu desdobrável de campanha. Não obstante esta sucessão de mentiras, as casas sociais continuam por construir até hoje. Em Julho de 2001 o Sr. Presidente viu como possível saída desta embrulhada o co-financiamento do INH e assina para o efeito um acordo. Infelizmente o co-financiamento do INH impunha à Câmara uma série de condicionalismos.

Em primeiro lugar o co-financiamento era apenas 50%, podendo os restantes ser financiados através de empréstimo.

Em segundo lugar o terreno tinha que estar em posse da Câmara, coisa que não podia ser, estando o seu direito de superfície atribuído à Somague.

Em terceiro lugar o projecto tinha que ser da Câmara, o que também já não podia ser, porque o projecto era da Somague.

E por último a obra tinha que obrigatoriamente ir a concurso público, o que colocava em situação difícil o anterior negócio com a Somague.

Tendo em conta esta série de trapalhadas e de acordo com a informação disponibilizada pelo Sr. Presidente aos nossos Vereadores, o Tribunal de Contas decidiu a 29 de Janeiro de 2003, anular o negócio, impondo a obrigatoriedade de concurso público para as casas sociais, feitas com o co-financiamento do INH, condição que nos parece legítima.

A primeira questão que colocamos é: porque é que o Sr. Presidente, depois de tanto anúncio de intenções, não cumpriu o prometido e não concluiu as casas para Agosto de 2002, teria evitado toda esta embrulhada com o Tribunal de Contas e teria mantido a sua palavra perante o eleitorado.

Este tipo de actuação repete-se em tantas outras obras por si anunciadas com fundos e prazos de realização irrealizáveis, verdadeiros contos do vigário, caso do Centro de Saúde, Museu do Azeite, etc. etc.

Em segundo lugar, tratando-se de um negócio público, há certamente questões de índole financeira que devem ser tidas em consideração.

Quanto ao propósito e natureza do negócio em questão, gostaríamos deixar claro que somos a favor de parcerias público privadas e disso já demos conhecimento a esta Assembleia em variadíssimas ocasiões e somos a favor da escolha nos Serviços de Saúde.

Mas porque sabemos que o conceito de escolha pode tornar-se num beco sem saída para aqueles que estruturalmente não têm nem nunca tiveram essa possibilidade de escolha, alertamos os presentes para o nosso dever de garantir de melhorar e de investir solidariamente no Serviço Nacional de Saúde, portanto votamos a favor da participação da Câmara no Hospital de Mirandela, mas na altura também alertámos que se há dinheiro para parcerias público privadas, deverá também ser possível avançar com um protocolo para a manutenção de certas valências no nosso Hospital.

A questão das competências da Câmara no domínio da saúde não se coloca, porque tudo pode ser protocolado com o poder central, basta haver vontade e capacidade de negociação.

Há indiscutivelmente um custo social a assumir pelo município neste investimento que nos é proposto, mas a questão que levantamos é se esse custo poderia ter sido menor. No nosso entender a Câmara podia e devia ter negociado melhor e passo a apresentar algumas contas.

As contas da Câmara para este negócio são as seguintes:

Benefícios directos, venda do terreno, 39.378,50 €. Unidades modelares, 360.000,00 €. Benefícios indirectos, as infra-estruturas para o terreno, 215 m2 a 11,50 €, são privadas e poderão não custar o mesmo do que custaria para um edifício da zona industrial, não obstante isso, benefícios indirectos, 129.386,50 €.

Se tivermos em conta que o valor do terreno a preços de mercado é de cerca de 60,00 € o m2, de acordo com a estimativa efectuada através do SIGIMI, Sistema de Informação Geográfica do Imposto Municipal sobre Imóveis da Direcção Geral dos Impostos, chegamos a uma valorização desta propriedade na ordem dos 296.510,00 €. Se a este valor retirarmos o preço a que ela foi vendido, isto é os 39.378,50 € e adicionarmos a compra de um novo terreno, que nos foi referido, custaria cerca de 500.000,00 €, mais a indemnização à Somague, que ficou negociada por 218.764,00 €, chegamos a um valor de perda para a Câmara de 1.375.905,50 €. A estimativa do custo social que aqui estamos a falar é de 1.375.905,50, mais do dobro do ganho anunciado pelo executivo que é de 528.765,00 €.

A questão que se coloca é: não haveria outras formas de reduzir o custo social da obra, por exemplo utilizando outros terrenos para o investimento ou reduzindo o valor da indemnização à Somague, atendendo a que esta também deveria assumir parte do risco do anterior negócio?

O negócio suscita também algumas dúvidas do ponto de vista jurídico, que na proposta que nos é apresentada na Certidão de Acata da reunião de Câmara, não nos ficam claras. Se por qualquer razão ou força maior o investidor privado decidir não realizar o projecto, o terreno reverte novamente para a Câmara ou fica na posse do privado? A proposta de extinção de direito de superfície de um terreno, sito no Bairro do Convento e proposta de venda do mesmo à Empresa Tecsam. Estamos a falar de um regime semelhante ao da zona industrial, ou da venda do terreno ao privado com direitos plenos? Já agora também saber se fica acautelado que a utilização de terreno é apenas para o dito investimento e não para qualquer outro propósito.

Ainda do ponto de vista jurídico, gostaríamos de ver esclarecida a questão do terreno da reserva ecológica que tinha sido desafectada para o efeito de uma estação de tratamento de águas e que agora se pretende para a construção de bungalows de turismo e apoio a pacientes. Antes de mais, existe certeza desse processo? E se existe, gostaríamos de facto que a proposta tivesse sido acompanhada da mesma informação por parte dos Serviços Jurídicos de técnicos da Câmara.

Por último importa tecer algumas considerações sobre a questão da nova localização das casas sociais e da inexistência de uma política social por parte do Executivo em permanência.

Existem questões de integração social e de organização social do núcleo urbano que estão em causa nesta proposta e que passaram completamente desapercebidas ao Executivo.

Em todo este processo, o Executivo em permanência preocupou-se com o investidor, fez muito bem, mas descuidou os desfavorecidos.

A nova localização para as habitações sociais, não é nem de longe nem de perto, melhor do que a anterior. A pergunta é, porque é que os desfavorecidos têm que pagar o preço da sua incapacidade de realização de uma promessa eleitoral de há sete anos.

Sou totalmente contra a mentalidade de criação de guetos e o que o Sr. presidente está a fazer com a decisão de criar o bairro social na zona periférica do tecido urbano da cidade, nada mais é do que a criação de um gueto, com consequências não só negativas para essas famílias, que em vez de se sentirem compreendidas e integradas na comunidade, são marginalizadas, mas também é fermente para o aumento de tensões sociais, que embora não se façam sentir hoje com grande acuidade, porque somos uma comunidade pequena, serão certamente um problema no futuro.

Todas as cidades que optaram por esse modelo, têm hoje problemas graves de integração social.

Eu vivi 14 anos num bairro social de Mirandela e tenho muito orgulho disso – o Bairro Fundo de Fomento da Habitação – que todos sabem e se alguns ainda estão lembrados disso, cognominado o Vietname, e portanto quer pelo facto da experiência própria vivida, quer pelo facto de estudar estas matérias e portanto sobre este ponto eu sou muito sensível e acho que deveria ter sido dada mais atenção.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para concluir, devido à complexidade do negócio e às diferentes etapas deste processo, no nosso entender fazia sentido um desdobramento da proposta, para que não se misturem assuntos.

Gostaríamos de saber qual a sensibilidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para essa possibilidade.

Não obstante todas estas ressalvas e considerações, para as quais gostaríamos de respostas objectivas, votaremos a favor do investimento, isto é do ponto 2 que nos é proposto e abstemo-nos do ponto 1.

Há outras questões que eu possivelmente não terei aqui oportunidade de ouvir explicações, mas depois terei certamente oportunidade de ler as actas ou poderei falar pessoalmente depois pelo telefone com o Sr. Vereador Branco ou mesmo com o Sr. Presidente, porque há um ponto neste investimento que me parece um pouco complicado, mas nada de grave, penso que será ultrapassável, que é a questão da figura dos utentes turistas. A gente percebe que vai haver uma gestão de duas dimensões de exploração das unidades modelares de alojamento. Vai haver um problema de como gerir essas ocupações e depois temos que definir prioridades, é óbvio que a prioridade é para o utente e não para o turista, isso já sabemos, mas como é que

se vai conjugar essas duas vertentes, mas também isto é um problema menor e estou certo que haverá uma solução para ele. De resto despeço-me e auguro-vos uma boa sessão de trabalhos. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao orador seguinte, eu quero agradecer a sugestão ao Sr. Deputado Sousa, mas informá-lo também que tem sido sempre preocupação da Mesa da Assembleia, procurar consensos e maioria para a marcação, portanto como imagina e como deduzem, os interesses pessoais e profissionais de cada um dos seus membros estão votados para os lugares seguintes, como é o caso do Sr. Deputado que tem que sair a correr para os seus mestrados.

Todavia, a Mesa nunca se esquece de falar com a Câmara Municipal, com o Executivo, para marcar uma sessão, uma data que seja consensual. De qualquer forma muito obrigado.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Foram muitas as trapalhadas, e trapalhadas parece-me ser o termo exacto, da afectação dada a este terreno. Primeiramente e sobretudo para habitação social que tinha sempre um agravamento ou uma aceleração em período pré-eleitoral, isto resulta claro do que aqui foi dito.

Também tenho que falar do pouco rigor da deputada Elina Fraga. E tenho que lhe falar do pouco rigor porque ela diz-me que isto é um grande empreendimento. Dir-lhe-ei que quer com a classificação portuguesa, de menos de 500 trabalhadores e 11 milhões de facturação, seja com a classificação europeia, 250 trabalhadores e 50 milhões de facturação, não estará lá e portanto estamos face a um projecto PME.

Era esta a rectificação que eu lhe quero fazer, que é à luz da classificação portuguesa são consideradas PMEs todas aquelas que têm até 500 trabalhadores ou têm uma facturação de11 milhões e qualquer coisa de Euros. À luz europeia são consideradas médias empresas aquelas que têm até 250 trabalhadores ou uma facturação ou um balanço de 50 milhões de Euros. Portanto não é nenhum dos casos, dir-lhe-ei que não se trata de um grande empreendimento. E aliás eu não tenho nada contra os grandes empreendimentos e não tenho nada contra as grandes empresas. Tenho pena é que não as haja em Mirandela e mais tenho pena que não as haja numa óptica de cluster se quiser, porque aí o desenvolvimento de Mirandela seria completamente diferente.

Mas a minha intervenção ia mais em dois sentidos. Um deles é uma recomendação. Uma recomendação à Câmara, que pense a localização das futuras habitações sociais. É muito pertinente aquilo que aqui foi trazido pelo Deputado Luís Sousa e para abreviar tempo eu deixava só esta questão e esta recomendação de que avalie, estude bem, da localização das habitações sociais para que a nova localização não se transforme num gueto.

Por outro lado quero-lhe dizer que nós vamos votar favoravelmente e vamos votar favoravelmente num sentido de estratégia, Eu penso que das coisas mais importantes que devemos ter no desenvolvimento dum Concelho duma cidade, são questões de estratégia e eu sou daqueles que sempre e em toda a vida privilegiei a estratégia sobre a táctica. A táctica leva-nos sempre a maus resultados. A estratégia, quando sabemos exactamente onde queremos chegar, quando definimos bem o alvo é reconfortante pelos resultados obtidos.

E de facto, como dizia a deputada Elina Fraga, deixem-me sonhar também e sonhar conjuntamente com todos os que estão certamente nesta sala. Sonhar que Mirandela que é reconhecida como a cidade da alheira, que é reconhecida em termos de marca também e cada vez mais e se não o é sê-lo-á rapidamente, como o azeite. Eu queria sonhar também com todos de que Mirandela fosse futuramente reconhecida como a cidade da saúde e que este cluster da saúde e quando se pensasse em Mirandela, dissesse "Mirandela é a alheira, é o azeite e é saúde". A saúde pela excelência e que Mirandela como capital da Terra Quente, congregasse todos aqueles que precisassem de saúde, nesta região.

Por isso mesmo e por a razão de estratégia, nós votaremos favoravelmente.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Na última reunião da Assembleia Municipal, votamos a cedência de terrenos para a construção de um hospital privado nos antigos terrenos da Quimigal.

O "Hospital da Terra Quente" terá um investimento de 17 milhões de Euros com uma previsão de 156 postos de trabalho.

O CDS/PP votou contra este investimento.

Hoje temos uma proposta para cedência de um terreno para a construção de um equipamento de saúde de valor superior a 10 milhões de Euros e com as valências de hemodiálise e os cuidados continuados, com condições excepcionais de tratamento, nomeadamente piscina e hidromassagem e outros equipamentos que facilitam estes tratamentos.

Este projecto vai privilegiar o conceito de auto-diálise assistida remotamente, o que para uma cidade que privilegia a inovação, este conceito encaixa de forma natural nos projectos associados à rede local de fibra óptica presentemente a ser instalada em Mirandela.

Este investimento prevê a criação de 37 postos de trabalho.

Além deste investimento no campo da saúde, a "TECSAM"- Tecnologia e Serviços Médicos, irá construir no Parque de Campismo 12 bungalows no valor de 360.000,00 Euros e que passarão a ser património da autarquia.

Mirandela está a transformar-se numa cidade que terá a melhor rede de cobertura de saúde do Nordeste Transmontano. Senão vejamos:

- Hospital Distrital com a valência de Urgência Médico Cirúrgica na rede nacional de Urgências;
- Nos cuidados de saúde primários ficaremos com duas unidades de saúde, uma no actual Centro de Saúde e outra no Centro de Saúde situado em Golfeiras e que brevemente será inaugurado;
- Uma Unidade de Saúde Familiar em Torre de Dona Chama, que também será pioneira a nível regional;
- No Hospitel da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela que brevemente será dotado de novas e importantes valências;
- O Hospital da Terra Quente a iniciar brevemente e em conclusão em 2009;
- O Centro de hemodiálise e os cuidados continuados, com o seu início no mês de Agosto, estará concluído no final do ano de2008.

Este empreendimento é mais uma aposta no futuro do Concelho de Mirandela e no desenvolvimento de toda a região transmontana. É mais uma oportunidade para o nosso Concelho, que devemos saudar e acarinhar.

Esperamos que outros empresários tragam para o nosso Concelho novos investimentos e novas empresas.

O Grupo Parlamentar do PSD apoia inteiramente esta proposta e por isso irá votar favoravelmente.

No entanto não podia terminar, sem me referir à votação dos Senhores Vereadores da Oposição.

Para mim, não é surpresa nenhuma, ela confirma o que disse na última Assembleia Municipal.

Aquilo que os Senhores Vereadores da Oposição querem, mas não têm coragem de dizer, é que nada se fizesse em Mirandela, bem ao contrário daquilo que nós queremos.

Na proposta do Hospital da Terra Quente, disseram que votaram contra, porque os serviços desta unidade era só acessíveis às pessoas com muitos recursos económicos. Agora nesta proposta em que a hemodiálise e os cuidados continuados são convencionados através de acordos com o Estado e os doentes não suportam qualquer encargo financeiro devido aos acordos com o S,N.S., votam contra.

Que grande coerência destes Senhores Vereadores

Mas não contentes com isso, votam contra os 12 bangalows no valor de 360.000,00 Euros, pagos pela entidade TECSAM e que depois passam para o domínio da autarquia.

A razão do voto contra, baseia-se nas dúvidas que têm sobre a desafectação da REN do respectivo terreno para este fim.

Que desculpa tão pobrezinha. Se a REN não desafectar tais terrenos, outros existem na zona do Parque de Campismo para esse investimento.

Sejam coerentes digam:

"Nós somos contra qualquer investimento em Mirandela"

Pela minha parte, estou contente com este método de actuação do PP: vão-se matando aos poucos.

Na campanha em 2009 não é necessário grande trabalho, o que é preciso é ao longo destes anos ir esclarecendo os munícipes das posições que o PP vai tomando contra o desenvolvimento do nosso concelho.

E para terminar gostei de ouvir o Sr. Deputado Luís Sousa, dizer que o PP vai votar favoravelmente este ponto, como votou favoravelmente o ponto do Hospital Terra Quente, o que significa que os Srs. Vereadores do PP votam pessoalmente. Não ouvem o seu eleitorado. Já é a segunda vez que são desautorizados. À terceira, preparem-se e façam as malas.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Eu vou ser rápido, mas na medida em que este investimento se vai realizar na Freguesia de Mirandela, creio que é pertinente eu dar a minha opinião relativamente a este projecto.

Embora a minha formação académica seja o direito, confesso que não me preocuparam muito as questões jurídicas e as questões formais. Elas de uma forma ou doutra vão ser resolvidas com bom senso, com diálogo, com acordos bons ou maus, são com certeza os acordos possíveis, embora nesse caso, na

minha opinião, a Câmara Municipal de Mirandela tenha estado muito bem, fez um excelente acordo, resolveu uma série de situações que estavam embicadas já há algum tempo e penso que foi importante, porque mais importante para mim é saber que unidade de diálise é esta, é saber de que empresa é que estamos a falar, neste caso da Tecsam, tem ou não tem idoneidade, tem ou não tem capacidade, é ou não é um investimento justificável. Há ou não há necessidade de criar esta valência de saúde? E as respostas a estas questões, são, sim há.

Eu tive inclusivamente um tio que frequentou a Unidade de Hemodiálise de Mirandela e que faleceu há cerca de dois meses, ele era de Alijó, tinha que cá vir três vezes por semana e eu sei o sofrimento por que ele passou ao ter que se submeter três vezes por semana a sessões de hemodiálise.

Assim como muitos se lembrarão, antes da instalação da Unidade de Hemodiálise de Mirandela, as viagens que os doentes tinham que fazer ao Porto, por semana e por semana tinham que percorrer 1.500 quilómetros. Para além da doença tinham que suportar também a dificuldade da deslocação, numa altura que nem sequer existia IP4.

Em relação ao licenciamento e ao funcionamento desta Unidade de Diálise, também não estou muito preocupado, sei que existe um regime jurídico muito rigoroso, que fiscaliza, que inspecciona e que exige requisitos importantes, em nome e no interesse dos utentes que vão usufruir dos serviços de hemodiálise. Aliás, houve uma portaria, não há muito tempo, que reconheceu idoneidade e capacidade à Tecsam, por isso na minha opinião, votar contra esta unidade, é votar contra 170 hemodializados que vão poder usufruir de uma resposta única e necessária à sua doença, sabendo-se que a falência da função renal, provoca sofrimento pessoal e alteração da vida dos pacientes, para quem a filtração do sangue minora essa dor. Votar contra a concessão deste terreno, é votar contra uma resposta ímpar na Região e no País, associando outras urgências, outras valências ao mero tratamento, como as actividades desportivas, os cuidados continuados ou a hemodiálise domiciliária, assim como a possibilidade (creio que isto aqui não foi referido) de podermos ter em Mirandela estrangeiros e emigrantes, que sem uma resposta a esse nível, dificilmente virão a Mirandela passar férias e quem sabe, um dia estabelecer-se em Mirandela.

Votar contra este projecto, é votar contra a consolidação de um cluster na área da saúde, já aqui falado e também contra a criação de postos de trabalho, prestação de serviços e fornecimento de bens, por parte dos empresários locais. Pior cego é aquele que não quer ver, ou aqueles que decidem em função de interesses puramente políticos, menosprezando por completo as reais necessidades das pessoas, ao nível da sua saúde que é o bem mais precioso e aqui incluo, obviamente, os que vão votar a favor e congratulo os Deputados do CDS/PP mas já não poderei dizer o mesmo em relação aos Vereadores do CDS/PP.

Ainda bem para Mirandela, que este projecto vem para Mirandela, não consigo entender, independentemente da questão do terreno, dos bangalows, da habitação social, que haja alguém que vote contra este projecto. Ainda bem que este projecto se instala em Mirandela. Muito obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu preciso desta intervenção e peço desculpa aos Srs. Membros da Assembleia por ela. Eu sou normalmente resumido e objectivo, mas acho que mesmo que percam cinco ou dez minutos, vale a pena, porque é das intervenções mais importantes, para clarificar algumas questões que andaram ao longo dos anos como fantasmas na política. E ainda bem, é pena não estar o Sr. Deputado Luís Sousa, eu compreendo os motivos que levantou e deu esses argumentos, para poder dizer aqui com toda a clareza onde é que está a vontade de desenvolver Mirandela e onde está a politiquice.

Sem fazer politiquice e respondendo às questões objectivas:

1.º lugar – não há nenhum desrespeito por esta Assembleia Municipal e se as pessoas tivessem o cuidado de ler a própria legislação que aqui vem invocada para vir à Assembleia Municipal, percebiam isso. Não há nenhum desrespeito pela Assembleia Municipal, antes pelo contrário, há valorização da Assembleia Municipal, apesar de ter dado a Conferência de Imprensa há dois dias anteriores e vou dizer porquê.

Em primeiro lugar porque a lei só me obriga a trazer à Assembleia Municipal projectos superiores a mil vezes o índice 100 do salário mínimo nacional, isto é projectos superiores a 750.000,00 Euros, em termos de venda de terrenos ou de compra de terrenos. E portanto eu podia perfeitamente dispensar a vinda deste assunto à Assembleia Municipal.

Perguntar-me-ão, então porque é que o trouxe? E aqui é que está a valorização da Assembleia Municipal, senão eu nunca teria feito uma Conferência de Imprensa antes de apresentar e de ser aprovado este projecto na Assembleia Municipal. Só o fiz porque o voto da Assembleia Municipal vai servir para que eu entenda a vontade dos Mirandelenses através dos seus representantes, sejam das cidades sejam das aldeias, até acho que devia ser uma votação nominal, para que cada um deixasse impresso o seu nome em termos de projectos do desenvolvimento de Mirandela e não como forma obrigatória deste projecto que há-de vir. Já vos disse que em termos de regulamentação não devia nem era preciso ter vindo à Assembleia Municipal. A câmara podia ter feito este negócio do ponto 2, que é o único que é votado, à Tecsam, Sa. por aquele valor, sem nenhuma aprovação da Assembleia Municipal.

Mas eu também sei e vocês também sabem que durante 10 anos ou 8 anos, pelo menos, o objecto político desta terra ou da politiquice desta terra, por parte de um determinado partido político, foi três coisas:

- Terreno da habitação social
- Terreno do parque de campismo, na altura comprado ao Sr. Prudêncio, que era meu apoiante político, só faltou aqui o terreno também, do Quartel dos Bombeiros, que era do meu Chefe de Gabinete.

E foi objecto de quase terrorismo político essas três situações, durante dois mandatos consecutivos. Dois mandatos. Toda a situação que se chegava a um mês a um ano de eleições, eram na comunicação social, onde havia tráfico de influências, corrupções, indicavam-se favorecimentos, todas as situações sobre estas três situações concretas, que hoje isto acaba por resolver. E mais do que isso, chegou a ser objecto de envio para o IGAT, para a Polícia Judiciária, para a Procuradoria-Geral da República, para todos os órgãos que havia em termos de controle de actuação das Câmaras Municipais.

E por isso eu disse, apesar de a Câmara Municipal ter competência directa para isto, isto tem que ir à Assembleia Municipal para que as questões fiquem claras, objectivas e perfeitamente definidas.

E é por isso que os Srs. Vereadores do CDS/PP votaram contra. Não é por causa do investimento, é porque lhes acabou os dois ou três momentos, os dois ou três problemas de fazer politiquice. É porque os três problemas que já se debatiam há dois mandatos consecutivos, do favorecimento, da coacção, da corrupção, dos amigos, dos negócios, acabam com este investimento em Mirandela. E por isso era importante que hoje aqui se tomasse uma decisão conjunta, clara por todos.

Respondendo ao primeiro argumento do Sr. Deputado Luís Sousa, não tinha que vir à Assembleia Municipal, não foi atempado, foi mais do que atempado, foi até uma consideração especial pela Assembleia Municipal, conforme podem consultar a legislação existente.

Em segundo lugar, dizer outra coisa que era um argumento, que no passado se enganaram as pessoas por causa da habitação social. Nós vamos discutir a construção naquele terreno dum equipamento que é um hospital e às pessoas interessa dizer que "falar na habitação social".

Vão ter oportunidade de falar, podiam falar antes da ordem do dia, depois da ordem do dia, mas mais do que isso. Falaram na primeira campanha eleitoral e falaram na segunda campanha eleitoral, há um mandato e há dois mandatos atrás. Mais, fizeram disso bandeira em termos de campanha eleitoral. O povo penalizou, se penalizou, se conseguiu que não cumpriram as promessas, votou e penalizou o Presidente da Câmara, não tenho dúvidas por essa situação que tinha criado no primeiro mandato e no segundo mandato, já foram dois mandatos com voto popular. Então imaginem, por este argumento, quantos votos teria este Presidente da Câmara se tivesse cumprido as promessas eleitorais, naquele caso, construída a habitação social. Então não tinha 4 vereadores, devia ter sete.

Esta é a questão que normalmente o passado já julgou. O passado já teve as suas consequências.

Mas não dizem porque é que não se cumpriu, dizem que é o Tribunal de Contas que só em 2003 é que fez o tal despacho, que não foi um despacho a anular, foi um despacho a dizer que não era preciso visto prévio. E depois não dizem porque é que não se concretizou e eles sabem, que eu já lhes expliquei, esta Assembleia é que pode não saber e por isso é que é melhor explicar.

É que em 2001 toma posse um Governo, que era quando eu podia construir a habitação social conforme estava prometida, assinada por uma Secretária de Estado que era do Partido Socialista, que esteve muito tempo à frente da habitação social, em que assinou e passado poucos meses, por infelicidade de todos, porque toda a gente quer que os mandatos cheguem ao fim, o Governo do Primeiro Ministro António Gueterres caiu e vieram as eleições e um Governo do PSD e da CDS/PP, que é curiosa esta questão, que é um Governo conjunto, tinha como Ministra das Finanças a Dr.ª Manuela Ferreira Leite, que fez uma lei de enquadramento orçamental, que basta lerem a Internet daquele tempo, para verem a lei de enquadramento orçamental que existia para o Plano e Orçamento do Estado e que disse o seguinte: "todos os empréstimos mesmo os que sejam os contratualizados para habitação social, contam para a capacidade de endividamento dos municípios. E isso está escrito, claro, ela tomou essa situação, não sei se adiantou muito ou pouco, os resultados eleitorais depois demonstraram que metades das medidas, ou não foram compreendidas ou foram erradas, mas o que é verdade é que tomou esta decisão em termos da lei do enquadramento orçamental. E como todos sabem também e não é preciso ser jurista, a lei do enquadramento orçamental é a tal que por força vinculativa, vincula as autarquias ao primeiro sinal e foi por isso que nós pensámos e bem no meu entender e toda a gente pode criticar e eu paguei os custos de não cumprimento dessa promessa eleitoral, mas porque é que ela não foi feita nem cumprida, foi apenas por isto, estava a Somague que era permitido, estavam os terrenos, estava o contrato assinado com o INH, estava subsidiado. Então perguntarão: mas é burro o Presidente da Câmara que não faz uma obra completamente financiada? Então e ele por vontade própria seria penalizado se pudesse fazer a obra?

Eu digo que foi bem tomada porque só naquele, naquele que eram 96 habitações sociais, naquela altura do projecto, eram cerca de 2 milhões de contos, porque na altura eram contos, que estavam em causa para esta situação e que se eu tivesse avançado com a obra e se esses 2 milhões de contos contassem para o endividamento municipal, como a Sr.ª Ministra declarou na lei do enquadramento orçamental, eu não podia

fazer nem mais uma obra em Mirandela nem mais um projecto em Mirandela que ultrapassava a minha capacidade de endividamento da Câmara Municipal.

E foi por isso, a pensar nos outros interesses dos munícipes, mesmo sujeito a que fosse castigado, e fui, quer no primeiro mandato, quer no segundo, porque ainda não estava concluída, que se adiou a habitação social. Foi o primeiro motivo do adiamento da habitação social, e que isto fique claro.

O segundo foi o Tribunal de Contas mudar as regras e dizer, "até aqui" e ficam a saber, o Tribunal de Contas visava todos os contratos feitos com empresas que tivessem com o INH idoneidade e credibilidade, para fazer habitação social, que era mais rápido e porquê? Porque as habitações eram a custos controlados, só podiam ser vendidos por aquele preço que estava estipulado legalmente, portanto não havia aqui uma concorrência nem era obrigatório concurso público par atribuição do terreno.

Entretanto em 2013, aí sim, o Tribunal de Contas diz: "apesar da nossa jurisprudência até aqui ser esta, a partir daqui não visamos mais nenhum contrato que não seja objecto de concurso público como diz lei." E foi aí que grandes Câmaras deste país, Matosinhos, Gondomar, Porto e Gaia e além de Lisboa e Oeiras, resolveram uma questão porque fez-se um decreto específico da Sr.ª Ministra das Finanças, para dizer que todas as casas que já estivessem construídas, mesmo que ao abrigo da legislação anterior, podiam ser atribuídas e compradas pelas Câmaras às empresas que tinham sido permitidas fazer. Isto para quem não saber "é que ninguém não cumpre promessas porque não quer", às vezes há promessas que não se cumprem, porque não há condições objectivas para as cumprir, sob pena de pôr em causa o mandato inteiro.

E estas razões eu queria-as deixar claras e estas razões foram objecto dessa campanha toda por parte do PP naquela altura.

Outro argumento é que este é um serviço de Hospital Privado. Ó meus amigos, eu já expliquei aqui, acho que não preciso de explicar mais a ninguém, que isto é um autêntico Hospital Público. Se têm convenção com o Serviço Nacional de Saúde, se ninguém paga nada para fazer este tratamento é só privado porque os proprietários são privados. Para os utentes é como se fosse público. Nenhum dos nossos hospitais tem esta valência que está a ser feita neste hospital e portanto paga através do Serviço Nacional de Saúde todas as situações a quem lá vai.

Portanto não há sequer discussão sobre esta matéria.

Em relação ao custo de indemnização, eu fico perfeitamente abismado. É assim, podiam negociar melhor, podiam vender melhor, quanto custa aquele terreno – imaginem a demagogia – para quem conhece o processo.

Aquele terreno foi objecto de avaliação para o contrato de superfície por 100 anos, com a Somague, na altura, por uma Comissão de Avaliação idónea, que era pelo Gat e pela Associação de Municípios, por 44 mil contos, está escrito no contrato.

O contrato que a Câmara fez do direito de superfície com a Somague, são 44 mil contos, está lá escrito senão eu não sabia qual era o valor que tinha que vir aqui. 44 mil contos são 220 mil Euros. Portanto o terreno estava mais do que avaliado, para virem agora aqui alguns intelectuais ou alguns logísticos daquele terreno valer xis ou ípsilon, demagogicamente dizer que valia 500 mil contos, ou que vale 100 mil ou que vale 300 mil.

Isto é – costuma dizer o nosso povo – quando a nossa filha está casada não faltam pretendentes, enquanto não está é que é uma chatice para os arranjar.

E esta questão é posta com esta demagogia toda.

Se aquilo valia 44 mil contos, está lá no contrato, foi feita essa avaliação por entidades idóneas. Foi ratificada e votada por unanimidade na Câmara Municipal, eu repito "por unanimidade na Câmara Municipal" por mais de dois terços desta Assembleia, porque esse contrato teve que vir aqui, em termos de contrato de superfície, ainda houve discussões sobre esta matéria do respectivo valor e então vai-se à outra questão, que é se valia tanto, a Câmara fez um mau negócio ao pagar isto à Somague, como a Câmara não tivesse que pagar um projecto para fazer habitação social.

Eu agora aproveito para esclarecer que não são 44 fogos aqui. A Somague vai entregar um projecto pronto para 65 fogos, 44 em Mirandela, 21 na Torre D. Chama, é assim que está o projecto e é assim que está a negociação e o financiamento INH, com todas as especialidades, implantado nos respectivos terrenos para rapidamente se poder fazer e abrir o concurso sobre a tal habitação social que ainda não está cumprida. E isto, a vantagem que nos dá a todos nós para que rapidamente possamos avançar com o respectivo projecto. Perguntar-se-á, mas então não se pagava isto à Somague? Ficavam eles sem o dinheiro. Era o que queriam se calhar os vereadores do CDS/PP, mas nestas coisas tem que haver equilíbrio. Quando há serviços prestados têm que se pagar, de parte a parte. A Câmara é uma entidade de bem, não pode estar aqui a ser, porque o negócio correu mal, por isso que eu vos disse, a penalizar uma entidade e a outra.

E depois a questão do estaleiro que existe aqui uma diferença e a única diferença que existe entre ao Serviços de Avaliação da Câmara e os Serviços da Somague, isto foi avaliado (esta indemnização) pelo nosso Director de Departamento em cerca de 194 mil Euros ou cerca de 174 mil Euros e a diferença para os 218 mil Euros só existe num pressuposto, é no estaleiro, em que o Técnico da Câmara diz que deve ser 1%, mas o Conselho Superior de Obras Públicas já decidiu 2%. Nós dividimos e ficamos no 1,5% para o estaleiro.

E estes 38 mil euros são a única diferença entre o que pediu a Somague e o que avaliou o nosso Director de Departamento, o Eng.º Guedes Marques, director do DFI.

Portanto nós achamos que esta indemnização à Empresa, é perfeitamente legal, perfeitamente objectiva, perfeitamente equitativa e perfeitamente justa e portanto que não haja especulações sobre esta matéria.

Em relação, que é a grande questão que põem, à localização das habitações sociais.

É curioso que venham estes argumentos e bem, na discussão do interesse público desta situação.

Eu acho que esta Assembleia devia fazer urgentemente uma visita a este local onde vai ser construída a habitação social, para ver já a qualidade de habitação existente à sua volta, naquele local e o Centro de Saúde que está a ser concluído, que vai ter em sua envolvente equipamentos de lazer e equipamentos colectivos complementares, que se estão a desenvolver pequenos nichos de negócio comerciais e pequenos nichos de negócio de ocupação de território e de espaço e eu pergunto? Se uma das prioridades do urbanismo de uma Câmara Municipal não é conquistar novos espaços, consolidar com a população esses espaços e dar qualidade a esses espaços. Se calhar alguns queriam que aquele espaço continuasse a ser degradado como o Bairro do Sardão, como está nalgumas zonas de Golfeiras. Nós não nos resignamos a isto. Queremos criar ali um pólo de mais habitação social, que tenha perto um Centro de Saúde, que tenha perto um polidesportivo que vai ser construído no Centro de Saúde, que tenha objectos de lazer de parque infantil, que o Centro de Saúde vai para lá levar na reconstrução à volta e que no futuro seja uma zona com o acesso Este passe ali, que a ligação ao cemitério passe a 10 metros ao lado e que seja de facto se calhar ali no futuro, uma das zonas nobres de Mirandela, que fica com mais 44 habitações sociais, perfeitamente deslocalizadas do actual Bairro Social ou das actuais 24 casas sociais.

É isto que eu quero que aquela zona seja ali. E por isso é que eu acho que metade não conhece aquele local. Não conhece já até a habitação de qualidade que está a ser construída à volta e devia visitá-lo para que não tivesse dúvidas sobre esta localização.

E para vos dizer também que as 44 famílias que vão para ali, porque este programa só é para as famílias que vivam em barracas ou abarracados e que tenham que ser demolidas, são as que actualmente vivem na Bairro Padre Américo, conhecido pelo Bairro dos Pobres, que tem que ser completamente demolido para fazer ali um espaço, um pulmão verde da cidade, porque é obrigatório – não se pode construir habitação social segundo este projecto, sem demolir, deitar abaixo as famílias que vão ser realojadas, só dão para estas e portanto essas merecem um tratamento até especial, de qualidade, porque tanto tempo viveram numa situação, que para todos, quem conhece, é aflitiva e aflige. Por isso um bom desafio era visitarem aquele local, ver o que está a ser feito naquele local e o que aquele local pode ser mesmo em termos de futuro.

Último argumento, o grande argumento de que se a Câmara vendesse por 39 mil Euros, fazia um bom negócio com a Tecsam, Sa, nas como a Câmara vendeu por 39 mais 12 bangalows, fez um mau negócio, segundo dizem os meus vereadores na Câmara Municipal, do CDS/PP. E fez um mau negócio porque naquele local não se podem construir os bangalows, porque aquele terreno só estava afecto para uma estação de tratamento de água e agora não se podem lá construir os bangalows, é este o motivo da justificação de uma declaração de voto nesta matéria e por isso queriam o desdobramento.

Nós votamos a favor do Hospital, se retirarem daqui a construção dos bangalows que está associada em face a um ponto 3.

Se vocês lerem a informação que todos têm, para já não diz onde é que se vão fazer os bangalows, diz que é ou em terrenos do Parque de Campismo ou em terrenos de Chelas. E o terreno de Chelas é um que nós lá temos que tem 34.000 m2. É este a que se referem de facto os Vereadores do CDS/PP. E o Parque de Campismo, é todos os terrenos que tem o Parque de Campismo, que lá estão e que são do Parque de Campismo, em Protocolo com a Câmara Municipal.

Até aqui o argumento é politiqueiro, porque não está definido onde é que eles vão ser feitos, diz que é um qualquer dos sítios, é o que lá diz. Ou nos terrenos de Chelas ou nos terrenos do Parque de Campismo.

Mas eu vou-vos dizer outra coisa, eu ainda não tenho a informação definitiva, mas eu na próxima Assembleia Municipal já terei a informação definitiva, sobre a desafectação da REN, daquele terreno que estamos a falar, para fazer alguns dos bangalows e a informação prévia que eu tenho de uma já, porque também as pessoas não andam nisto de olhos fechados – ao Ambiente, em termos de uma audiência já pessoal, onde me mandaram fazer uma justificação que, desde que eu consiga justificar que os bangalows, além do interesse turístico e campista para o local possam ser perfeitamente desmontáveis porque são elevados para qualquer sítio, em qualquer altura, porque é esse o objectivo e o fim para que se destina e a reserva ecológica que lá está possa ser desafectada.

Mas isso não está decidido. Se não for decidido fazemos no Parque de Campismo, temos Protocolo com o Parque de Campismo. Se for decidido faremos alguns ali, outros no Parque de Campismo.

Agora, a moção, o objectivo, porque é que são contra isto, porque de facto ficam resolvidos os dois problemas essenciais que serviam de politiquice ao PP, que era o terreno do Sr. Prudêncio e que era o terreno da habitação social. E a partir destas duas coisas resolvidas, não têm mais para atacar a Câmara

Municipal e isto é que é complicado, é subordinar um interesse estratégico de desenvolvimento do Concelho de Mirandela a questões de politiquice e de mera política, que já foram para todos os organismos do Estado.

É isto que eu quero com toda a sinceridade vos dizer e é isto que eu quero sobre este aspecto, que fique claro, objectivo e por isso é que trouxe a esta Assembleia Municipal e este até devia ser dos tais projectos que até devia ter votação nominal, quem fosse contra devia lá ter o nome. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:
Muito obrigado também Sr. Presidente, estamos agora em condições de poder votar este ponto, 4.5.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, estando presentes 62 membros, conforme proposto, autorizar a venda do terreno, denominado lote n.º 11 do Bairro do Convento, a preços equivalentes aos praticados na Zona Industrial, por 39,378,50 € (trinta e nove mil trezentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos), à firma TECSAM S.A., com as demais condições e fundamentos previstas na proposta transcrita.

5.º PONTO – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Passamos aos Outros Assuntos de Interesse para o Município e enquanto a Mesa regista inscrições, eu queria informar a Assembleia de que a Comissão de Acompanhamento da Saúde já obteve resposta em relação ao pedido do Hospital, eu mandei distribuir a cada um dos Srs. Membros da Assembleia Municipal a informação recebida do Hospital de Mirandela, todavia permitia-me destacar que em relação às listas de espera, que é aquilo que incomoda os cidadãos e nos interessa em particular a sua defesa, que na especialidade de oftalmologia se agravou severamente.

Eu recorda-me aqui que há dois ou três anos atrás, de uma visita que fizemos ao Hospital, eram 600 doentes, estão 728 doentes em lista de espera. Em cirurgia 269 e depois os Srs. Deputados farão o favor de tomar isso em consideração.

Também queria informar a Assembleia do seguinte:

Como se recordarão, na última sessão ordinária houve dúvidas sobre o percurso regimental da questão do inventário da autarquia. A Mesa pediu informação jurídica e o que consta desta informação é que de facto esse inventário devia vir à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação, vou resumir Srs. Membros:

"Para efeitos de apreciação, consistindo na emissão de juízos de valor, críticas, sugestões, sem prejuízo da solicitação de esclarecimentos a tal respeito, mas que não terão necessariamente de se traduzir em votação formal."

De maneira que àqueles que aqui estiveram e que se recordam disso, naturalmente não deixarão de ter isto em linha de conta.

Deputada Municipal Isabel Barreira (PS):
Eu não trazia nenhuma intervenção preparada, por isso mesmo não me inscrevi na primeira fase de intervenção.

Mas no decorrer desta Assembleia, houve algumas questões que me foram suscitadas, falámos aqui tanto do desenvolvimento de Mirandela, do investimento em Mirandela, mas há questões essenciais que parece que têm sido esquecidas.

É que um dos principais factores de desenvolvimento de qualquer cidade, são as vias de comunicação e neste aspecto acho que em Mirandela ainda há muito por fazer, nomeadamente nos acessos rodoviários.

Estou a referir-me muito particularmente ao acesso Oeste à Cidade. Esta questão vem na sequência duma que já foi colocada aqui pelo Sr. Professor Xavier, deputado do CDS/PP. O acesso Oeste à cidade não satisfaz de todo as exigências do tráfego rodoviário à cidade de Mirandela.

Mirandela é uma cidade de facto com muito potencial e não tem um acesso digno. Portanto o acesso Oeste é a principal porta de acesso à cidade e não é de todo digno da cidade de Mirandela. Eu digo mais, se eu não conhecesse Mirandela e pretendesse investir em Mirandela, acho que se viesse cá a primeira vez, teria a ideia que estava a entrar numa qualquer aldeia de interior, o que não é isso que se passa, Mirandela é de facto uma cidade com muito potencial, mas se pretendemos captar investimento para Mirandela temos que fazer crer às pessoas que não conhecem Mirandela, que vêm cá pela primeira vez, que Mirandela é de

facto uma cidade com grande potencial. E a questão que eu coloco é para quando a construção do nó de acesso ao IP4, portanto do acesso Oeste ao IP4.

Há outra questão que eu gostaria aqui de colocar e que eu estive a passar uma vista de olhos muito rápida pelo calendário das obras em curso e verifico que quase todas as obras que estão aqui mencionadas já têm o prazo de execução largamente ultrapassado e coloco aqui uma questão ao Executivo. O que é que está a falhar? É a dotação orçamental da Câmara ou a fiscalização? É só.

Presidente da Assembleia Municipal:
Muito obrigado, mais alguma inscrição, não parece haver. O Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:
Acho que sim, acho que a Sr.ª Deputada merece uma resposta até pelas questões pertinentes que pôs.

A primeira é o acesso Oeste à cidade e esse nós pensamos resolver num prazo razoável de dois anos, é uma das prioridades, um dos compromissos que temos, outra coisa é aquilo que diz de resolver o problema de fundo da variante a Mirandela.

Eu acho que o problema de fundo só se resolve com essa variante que era continuar a estrada de Valpaços a ligar directamente à estrada que vai para Vila Flor, saindo no cruzamento de S. Salvador.

E essa infelizmente por razões financeiras, neste momento e não sabemos o que acontece nos programas comunitários, ainda é um sonho, não é uma realidade próxima.

Em relação à ultrapassagem dos prazos eu tenho que lhe confessar que são às vezes as duas coisas. Primeiro também há por parte dos empreiteiros alguma complacência por causa dos pagamentos nomeadamente dos atrasos dos financiamentos comunitários, é verdade e isto passa-se nalgumas obras, outra é porque a fiscalização também não tem tempo de as ver todas, mas há uma terceira é que de facto os empreiteiros que ganham as obras – nós já temos problemas em várias mais do que qualquer outro ano – neste momento estão com situações de capacidade técnica principalmente e financeira muito debilitada, que permite que quase se possa ponderar o interesse se vale a pena acabar com o empreiteiro e rescindir o contrato, ficando com a posse administrativa que nunca mais se resolve nos tribunais, do que até aguentar mais uns meses e levar a obra até ao fim. Estamos de facto na ponderação desses objectivos, mas é verdade o que disse.

Presidente da Assembleia Municipal:
Temos aqui umas moções - peço aos Srs. Membros que se recordem disso – para votar. Temos ainda o Período de Intervenção Aberto ao Público, aos Munícipes. Está alguém que se queira inscrever? Não está.

Então sendo assim, não havendo nenhuma inscrição, a Mesa por ordem de entrada destas moções, recordo aos Srs. Deputados que é apresentada pelo Deputado Leonel Xavier, sobre o encerramento dos Serviços de Cirurgia.

Votação:
Votos Contra.....5
Abstenções.....0
Votos a Favor.....54

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, aprovar a moção sobre o encerramento dos Serviços de Cirurgia, apresentada pelo CDS/PP.

A segunda proposta apresentada pelo Sr. Deputado Luís Sousa, em relação aos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, para elaborar um texto jurídico necessário à implementação dos números anteriores, salvaguardando para os devidos efeitos o princípio da economia processual consagrado no CPA.

Votação:
Votos Contra.....46
Abstenções..... 8
A Favor:.....4

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, recusar a proposta relacionada com os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, apresentada pelo CDS/PP.

Temos ainda um voto de pesar pelo falecimento dum ilustre médico desta terra: o Dr. Calejo Pires.

Votação:

Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÂO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o "voto de pesar", pelo falecimento do Sr. Dr. Calejo Pires.

6.º PONTO – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Não houve inscrições para intervir.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Em primeiro lugar renovar o apelo que temos feito sobre o correcto preenchimento dos boletins de deslocação e das senhas. Como sabem nós estamos a enviar esses documentos com os demais documentos da Assembleia e há pessoas que os estão a enviar directamente antes da reunião, portanto isso não pode ser, além disso tinha-nos sido pedido pelo Sr. Marcelo, na qualidade de Coordenador da Protecção Civil, que na sequência dos trabalhos vai haver uma passagem de um conjunto de informações, um pequeno vídeo, na ordem dos 15 minutos, aqui no auditório pequeno, para que toda a gente estivesse presente, na medida em que versa fundamentalmente a questão da prevenção dos fogos florestais, de maneira que fazemos um apelo a pedido dos Serviços Municipais de Protecção Civil, no sentido de que toda a gente se dirija ao Auditório pequeno, a fim de assistir à projecção desse pequeno vídeo. São cerca de 15 minutos, é um assunto determinante e de grande interesse para todas as populações.

Nada mais...

Em nome do Sr. Presidente da Assembleia Municipal dou por encerrados os trabalhos desta reunião.

Mirandela, 29 de Junho de 2007.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO